



PREFEITURA DE GUARULHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA I

(Conhecimentos Gerais)

INSPETOR FISCAL DE RENDAS VI

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia os quadrinhos para responder às questões de números 01 e 02.



(Charles M. Schulz. Minduim. O Estado de S. Paulo, 29.03.2018. <http://cultura.estadao.com.br>)

01. Considerando a organização do conteúdo nos balões de cada quadrinho, pode-se afirmar que no segundo, no terceiro e no quarto quadrinhos são expressos, respectivamente,

- (A) um projeto, uma reprovação e uma reclamação.
- (B) uma indagação, uma recordação e um gracejo.
- (C) um ideal, um alerta e um lamento.
- (D) um desejo, uma retificação e uma crítica.
- (E) uma constatação, uma recomendação e um deboche.

02. O verbo **ir** está empregado com o mesmo sentido e a mesma função que o verificado na fala do primeiro quadrinho na seguinte frase:

- (A) **Vai-se** mais um ano, e a obra ainda não foi concluída como o planejado.
- (B) A rodovia que **vai** de uma cidade a outra terá a instalação de um pedágio.
- (C) Ele **vai** ao evento de transporte público, porque não gosta de usar carro.
- (D) O museu permanecerá fechado no próximo mês, pois **vai** haver uma reforma.
- (E) A economia da região **vai** bem, apesar da crise global dos últimos anos.

Leia o texto para responder às questões de números 03 a 07.

A arte mostra-se presente na história da humanidade desde os tempos mais remotos. **Sem dúvida**, ela pode ser considerada como sendo uma necessidade de expressão do ser humano, surgindo como fruto da relação homem/mundo. Por meio da arte a humanidade expressa suas necessidades, crenças, desejos, sonhos. Todos têm uma história, que pode ser individual ou coletiva. As representações artísticas nos oferecem elementos que facilitam a compreensão da história dos povos em cada período.

(Rosane K. Biesdorf e Marli F. Wandscheer. Arte, uma necessidade humana: função social e educativa. *Itinerarius reflectionis*.)

03. De acordo com o texto, a arte caracteriza-se como

- (A) a maneira de o homem fugir à realidade refugiando-se em um passado glorioso.
- (B) um documento de produção coletiva com o fim de registrar objetivamente a história.
- (C) um meio de expressão que revela como o homem vive ao longo da história.
- (D) uma linguagem universal, que anula as diferenças entre os povos de cada período.
- (E) o principal modo de uma geração acessar registros históricos da geração que a antecede.

04. A expressão **Sem dúvida**, em destaque no texto, pode ser substituída, sem prejuízo do sentido, por

- (A) Seguramente.
- (B) Eventualmente.
- (C) Porventura.
- (D) Sobretudo.
- (E) Usualmente.

05. Está empregado com sentido figurado o vocábulo destacado no trecho

- (A) ... desde os **tempos** mais remotos.
- (B) ... surgindo como **fruto** da relação homem/mundo.
- (C) Todos têm uma **história**...
- (D) ... **elementos** que facilitam a compreensão...
- (E) ... compreensão da história dos **povos**...

06. Assinale a alternativa em que o período do texto está repontuado em conformidade com a norma-padrão da língua.

- (A) A arte mostra-se, presente na história da humanidade, desde os tempos mais remotos.
- (B) Sem dúvida ela pode ser considerada, como sendo uma necessidade, de expressão do ser humano, surgindo como fruto da relação homem/mundo.
- (C) Por meio da arte, a humanidade expressa suas necessidades, crenças, desejos, sonhos.
- (D) Todos têm uma história que, pode ser individual, ou coletiva.
- (E) As representações artísticas, nos oferecem elementos que facilitam, a compreensão da história dos povos, em cada período.

07. Considerando as regras de concordância nominal, regência verbal e de colocação pronominal da norma-padrão, assinale a alternativa em que o trecho destacado em “... elementos que facilitam a **compreensão da história dos povos em cada período**.” está corretamente substituído.

- (A) elementos que facilitam-nas.
- (B) elementos que facilitam-lhe.
- (C) elementos que os facilitam.
- (D) elementos que lhes facilitam.
- (E) elementos que a facilitam.

Leia o texto e responda às questões de números 08 a 20.

Roma

O filme *Roma* está constantemente entre dois caminhos. É pessoal e grandioso, popular e intelectual, tecnológico – rodado em 65 mm digital – e clássico – feito em preto e branco com a mesma ousadia dos movimentos cinematográficos das décadas de 1950 e 1960. O título, uma referência a Colonia Roma, bairro da Cidade do México, também remete a *Roma, Cidade Aberta*, filme-símbolo do neorrealismo italiano assinado por Roberto Rossellini.

Ao revisitar a própria memória, o cineasta Alfonso Cuarón escolhe olhar para Cleo, a empregada, de origem indígena, de uma família branca de classe média. Resgata, assim, não apenas os seus anos de formação, mas todas as particularidades do passado do país. O México no início dos anos 1970 fervilhava entre revoluções sociais e a influência da cultura estrangeira. Cleo, porém, se mantinha ingênua, centrada nas suas obrigações: lavar o pátio, buscar as crianças na escola, lavar a roupa, colocar os pequenos para dormir.

Até que tudo se transforma. A família perfeita desmorona, com o pai que sai de casa, a mãe que não se conforma com o fim do casamento e os filhos jogados de um lado para o outro na confusão dos adultos. Enquanto isso, Cleo se apaixona, engravida, é enganada e deixada à própria sorte. Duas mulheres de diferentes origens compartilham a dor do abandono. Juntas, reencontram a **resiliência** que segura o mundo frente às paixões autocentradas.

O cineasta, que além da direção e do roteiro assina a fotografia e a montagem (ao lado de Adam Gough), retrata sua história, entrelaçada com a de seu país, como se na vida adulta reencontrasse o olhar da infância, cujo fascínio por cada descoberta aumenta o tamanho e a importância de tudo.

O que Cuarón faz em *Roma* é raro. São camadas e camadas sobrepostas para reproduzir a complexidade do seu imaginário afetivo e das relações sociais de um país. Entre muitas inspirações, referências e técnicas, sua assinatura está na sinceridade com que olha para si mesmo e para os seus personagens, encontrando beleza e verdade no que muitos menosprezam. Esse é um filme simples e complicado, como a própria vida.

(Natália Bridi. *Omelete*. 11.01.2019. www.omelete.com.br. Adaptado)

08. De acordo com a autora, a singularidade da linguagem que Alfonso Cuarón adota em *Roma* está

- (A) na comicidade da caracterização de personagens pouco realistas e até caricaturais.
- (B) na indignação com que o cineasta denuncia a desigualdade entre as classes sociais.
- (C) no orgulho nacionalista com que se apresentam momentos cruciais da história do México.
- (D) na sinceridade do relato, valorizando o que para muitos costuma passar despercebido.
- (E) no modo irrealista com que os dramas das personagens femininas são resolvidos.

09. Uma característica do filme *Roma* destacada no texto diz respeito à

- (A) utilização da narrativa de cunho jornalístico.
- (B) fusão da história pessoal com a coletiva.
- (C) impessoalidade com que é realizado o relato.
- (D) caracterização da mulher indígena como insubordinada.
- (E) denúncia do relacionamento abusivo entre patroa e empregada.

10. Considere o seguinte trecho do primeiro parágrafo:

(1) O filme *Roma* está constantemente entre dois **caminhos**. (2) É pessoal e grandioso, popular e intelectual, tecnológico – rodado em 65 mm digital – e clássico – feito em preto e branco com a mesma ousadia dos movimentos cinematográficos das décadas de 1950 e 1960.

Um vocábulo que pode ser usado para qualificar a palavra **caminhos**, no sentido de explicitar a relação de sentido que se estabelece entre os períodos (1) e (2), é

- (A) contrários.
- (B) idênticos.
- (C) inviáveis.
- (D) irrealis.
- (E) exagerados.

11. As informações “rodado em 65 mm digital” e “feito em preto e branco com a mesma ousadia dos movimentos cinematográficos das décadas de 1950 e 1960”, destacadas com travessões no primeiro parágrafo, ligam-se, respectivamente, aos vocábulos **tecnológico** e **clássico** com o propósito de

- (A) mostrar que são sinônimos.
- (B) ilustrar a que se referem.
- (C) contestar seus sentidos.
- (D) apresentá-los como hipotéticos.
- (E) distorcer seus significados.

12. O vocábulo **resiliência**, destacado no terceiro parágrafo, abarca o sentido de
- (A) amor incondicional que as mães têm por seus filhos.
 - (B) cumplicidade partilhada por pessoas de uma mesma origem.
 - (C) ressentimento que permanece após uma desilusão amorosa.
 - (D) falta de amor-próprio que inibe o desenvolvimento das mulheres.
 - (E) capacidade de se recompor após uma situação difícil.
13. Em “Cleo, **porém**, se mantinha ingênua...” (2º parágrafo), o vocábulo **porém** pode ser substituído, com o sentido do texto preservado, por
- (A) dessa forma.
 - (B) devido a isso.
 - (C) por conseguinte.
 - (D) assim sendo.
 - (E) em contrapartida.
14. Na frase “Esse é um filme simples e complicado, **como** a própria vida.” (5º parágrafo), o vocábulo **como** destaca circunstância de
- (A) comparação.
 - (B) causa.
 - (C) finalidade.
 - (D) concessão.
 - (E) adição.
15. Considere os sentidos que os vocábulos destacados nos trechos a seguir imprimem às relações que estabelecem:
- ... *Roma, Cidade Aberta*, filme-símbolo do neorrealismo italiano assinado **por** Roberto Rossellini. (1º parágrafo)
 - **Até** que tudo se transforma. (3º parágrafo)
- Nos contextos apresentados, os vocábulos **por** e **Até** expressam, respectivamente,
- (A) proximidade e assunto.
 - (B) tempo e inclusão.
 - (C) instrumento e intensificação da ação.
 - (D) agente e limite posterior de tempo.
 - (E) modo e restrição espacial.
16. Assinale a alternativa que completa a lacuna da frase a seguir, em conformidade com a concordância da norma-padrão da língua.
- No México no início dos anos 1970, _____ revoluções sociais e a influência da cultura estrangeira.
- (A) existia
 - (B) havia
 - (C) ocorria
 - (D) abundava
 - (E) surgia
17. Assinale a alternativa em que a frase a seguir está reescrita em conformidade com as regras de concordância da norma-padrão da língua.
- O cineasta assina a fotografia e a montagem do filme.
- (A) A fotografia e a montagem do filme é assinado pelo cineasta.
 - (B) A fotografia e a montagem do filme são assinados pelo cineasta.
 - (C) A fotografia e a montagem do filme são assinadas pelo cineasta.
 - (D) A fotografia e a montagem do filme é assinada pelo cineasta.
 - (E) A fotografia e a montagem do filme são assinado pelo cineasta.
18. Em “Cleo, porém, se mantinha ingênua, **centrada nas** suas obrigações...” (2º parágrafo), o trecho destacado pode ser corretamente substituído, conforme as regras de regência da norma-padrão da língua, por
- (A) dedicada das.
 - (B) absorva sob as.
 - (C) aplicada com as.
 - (D) empenhada nas.
 - (E) comprometida das.
19. A expressão verbal que apresenta, conforme a norma-padrão da língua, a mesma regência da destacada em “O título [...] **remete** a *Roma, Cidade Aberta*, filme-símbolo do neorrealismo italiano...” (1º parágrafo) e que, por essa razão, pode substituí-la sem que se realize qualquer outra alteração no trecho é
- (A) se refere.
 - (B) se evoca.
 - (C) retoma.
 - (D) recupera.
 - (E) ecoa.
20. Assinale a alternativa em que o sinal indicativo de crase está empregado em conformidade com a norma-padrão da língua.
- (A) Segundo Cuarón, o cinema deve voltar seu olhar à todos aqueles para quem ninguém olha.
 - (B) *Roma* chegou à receber o Oscar de melhor filme estrangeiro, o que gerou certa polêmica.
 - (C) Em 2019, o Oscar de melhor direção foi concedido à Alfonso Cuarón, por *Roma*.
 - (D) O cineasta mostrou-se grato por terem dado valor à um filme centrado em uma mulher indígena.
 - (E) Cuarón agradeceu às atrizes Yalitza Aparicio e Marina de Tavira, dizendo que elas “são o filme”.

21. Considere as afirmações e seus respectivos valores lógicos.

- I. Maria é uma excelente enfermeira. FALSA.
- II. Joel não é um carpinteiro. VERDADEIRA.
- III. Paulo é um cantor de pagode. VERDADEIRA.
- IV. Sandra não é uma analista competente. FALSA.

A alternativa que apresenta uma proposição composta verdadeira é

- (A) Se Paulo é um cantor de pagode, então Maria é uma excelente enfermeira.
- (B) Joel não é um carpinteiro e Sandra não é uma analista competente.
- (C) Paulo não é um cantor de pagode ou Sandra é uma analista competente.
- (D) Se Maria não é uma excelente enfermeira, então Sandra não é uma analista competente.
- (E) Joel é um carpinteiro ou Paulo não é cantor de pagode.

22. Dentre as sentenças a seguir, aquela que é uma sentença aberta é

- (A) $3 \cdot x + 4 - x - 3 - 2 \cdot x = 0$
- (B) $7 + 3 = 11$
- (C) $0 \cdot x = 5$
- (D) $13 \cdot x = 7$
- (E) $43 - 1 = 42$

23. Considere verdadeiras as afirmações a seguir.

- I. Todos os funcionários são economistas.
- II. Há economista que também é administrador.

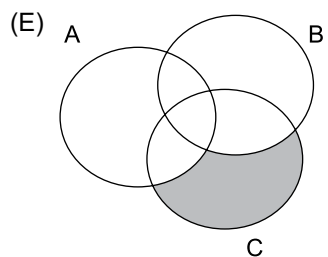
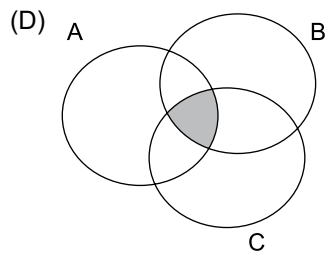
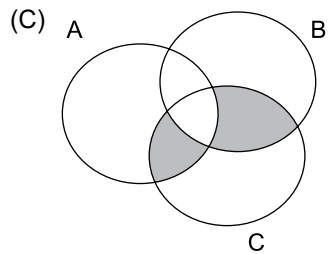
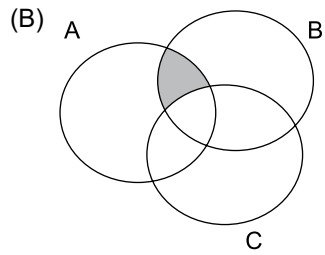
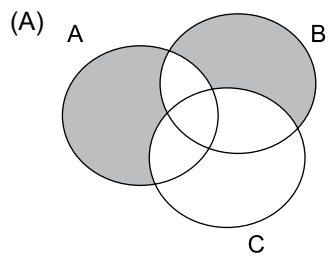
A partir dessas afirmações, assinale a alternativa correta.

- (A) Os administradores que não são economistas são funcionários.
- (B) Qualquer economista é funcionário.
- (C) É possível que haja funcionário que não seja economista.
- (D) Os administradores que são economistas são funcionários.
- (E) Os funcionários que são administradores são economistas.

24. Considere as operações entre conjuntos:

$$A \cap B - C$$

A alternativa cuja parte sombreada corresponde ao resultado dessas operações é



R A S C U N H O

25. A alternativa que corresponde à negação lógica da proposição composta: “todos os cantores são músicos e existe advogado que é cantor”, é:

- (A) Nenhum cantor é músico e não existe advogado que seja cantor.
- (B) Pelo menos um cantor não é músico ou não existe advogado que seja cantor.
- (C) Há cantores que são músicos e existe advogado que não é cantor.
- (D) Nenhum cantor é músico ou não existe advogado que seja cantor.
- (E) Pelo menos um cantor não é músico ou existe advogado que é cantor.

26. A alternativa que corresponde à equivalente lógica da proposição composta: “se as frutas estão maduras, então é tempo de colheita”, é:

- (A) as frutas não estão maduras ou é tempo de colheita.
- (B) se não é tempo de colheita, então as frutas estão maduras.
- (C) as frutas estão maduras, e é tempo de colheita.
- (D) não é tempo de colheita, e as frutas não estão maduras.
- (E) se é tempo de colheita, então as frutas estão maduras.

27. Considere os conjuntos:

$$F = \{1, 2, 3, 4, 5, 6\}$$

$$G = \{2, 4, 6, 8, 10, 12\}$$

$$H = \{1, 2, 3, 10, 11, 12\}$$

$$J = \{3, 4, 5, 6, 7, 8\}$$

$$\text{Sabe-se que } K = (G \cup H) \cap (F \cap J)$$

O conjunto é igual a

- (A) $K = \{1, 2, 4, 5, 6\}$
- (B) $K = \{4, 5, 6\}$
- (C) $K = \{1, 2, 4, 5, 6, 10\}$
- (D) $K = \{3, 4, 6\}$
- (E) $K = \{4, 6\}$

28. Considere verdadeiras as afirmações.

- I. Se Arnaldo é grosseiro, então Beatriz é gentil.
- II. Se Cátia é educada, então Arnaldo não é grosseiro.
- III. Se Arnaldo não é grosseiro, então Deise é amável.
- IV. Deise não é amável.

A partir dessas afirmações, é correto concluir que:

- (A) Beatriz não é gentil ou Cátia é educada.
- (B) Arnaldo é grosseiro e Cátia é educada.
- (C) Beatriz não é gentil ou Cátia não é educada.
- (D) Cátia é educada ou Arnaldo não é grosseiro.
- (E) Beatriz é gentil e Arnaldo não é grosseiro.

29. Considere as afirmações:

- I. Se o diretor é forte, então o secretário é fraco ou o diretor é forte.
- II. João é alto ou Paulo é gordo e João não é alto e Paulo não é gordo.
- III. Carlos não é tímido e, se Pedro é expansivo, então Carlos é tímido.

Na ordem em que estão expressas, as afirmações são, respectivamente, uma

- (A) tautologia, contradição e contingência.
- (B) contingência, contradição e tautologia.
- (C) contradição, tautologia e contingência.
- (D) contingência, tautologia e contradição.
- (E) tautologia, contingência e contradição.

30. Considere os argumentos a seguir.

- I. O dobro de um número é um número par. O dobro de 1,5 é 3. Logo, o número 3 é um número par.
- II. Todos os atletas são fortes. Juca é forte. Logo, Juca é atleta.
- III. Os cachorros têm quatro patas. As vacas têm quatro patas. Logo, as vacas são cachorros.

Na ordem em que estão expressas, os argumentos são, respectivamente,

- (A) válido, válido e inválido.
- (B) inválido, inválido e válido.
- (C) válido, inválido e inválido.
- (D) inválido, inválido e inválido.
- (E) válido, inválido e válido.

31. O Windows 10 possui o recurso Windows Hello, que é uma maneira de se obter acesso rápido aos dispositivos com esse sistema operacional. O acesso aos dispositivos pode ser feito por meio
- (A) da impressão digital e do certificado digital.
 - (B) do certificado digital e do *smartphone*.
 - (C) do certificado digital e do reconhecimento facial.
 - (D) do reconhecimento facial e da impressão digital.
 - (E) do *smartphone* e da impressão digital.

32. Em um texto presente em um documento editado no MS-Word 2016, a palavra "Janela" encontra-se com a seguinte aparência original (formato Normal, Arial):

Janela

A aparência dessa palavra pode ser modificada ao se aplicar diferentes Estilos de Fonte ou Efeitos. Seguem três possíveis modificações dessa palavra em relação à sua aparência original:

Janela ; ~~Janela~~ ; Janela

Essas três modificações de Estilo de Fonte ou de Efeito são denominadas, respectivamente, de:

- (A) Itálico; Tachado; Subscrito.
- (B) Itálico; Versalete; Sobrescrito.
- (C) Negrito; Sublinhado; Sobrescrito.
- (D) Negrito; Tachado; Subscrito.
- (E) Negrito; Versalete; Subscrito.

33. A planilha a seguir foi editada no MS-Excel 2016.

	A	B	C
1	2	4	6
2	7	3	8
3	5	9	1
4			
5			

Caso a fórmula:

=SOMA(A1:C3)

seja inserida na célula **C5**, o resultado produzido nessa célula será igual a:

- (A) 3
- (B) 6
- (C) 16
- (D) 21
- (E) 45

34. Embora os discos rígidos (HD) sejam ainda muito utilizados, as unidades de estado sólido (SSD) vêm cada vez mais sendo utilizadas. Comparando os HDs convencionais com os SSDs, tem-se que
- (A) a vida útil dos SSDs é maior do que a dos HDs.
 - (B) o consumo dos SSDs é maior do que o dos HDs.
 - (C) o preço por *bit* de armazenamento dos SSDs é menor do que o dos HDs.
 - (D) os tempos de leitura e escrita dos SSDs são maiores do que os dos HDs.
 - (E) os SSDs são mais resistentes do que os HDs em relação a movimentos, quedas ou interferências magnéticas.
35. No PMBOK (5ª edição), o único grupo de processos de gerenciamento que abrange todas as áreas de conhecimento é o grupo de processos de
- (A) iniciação.
 - (B) planejamento.
 - (C) execução.
 - (D) encerramento.
 - (E) monitoramento e controle.
36. No ITIL (versão 3), um dos processos que faz parte da publicação Operação de Serviço é o Gerenciamento de
- (A) Fornecedor.
 - (B) Demanda.
 - (C) Problemas.
 - (D) Capacidade.
 - (E) Conhecimento.
37. O COBIT 5 estabelece um domínio de governança denominado (em português):
- (A) Avaliar, Dirigir e Monitorar.
 - (B) Alinhar, Planejar e Organizar.
 - (C) Construir, Adquirir e Implementar.
 - (D) Entregar, Serviço e Suporte.
 - (E) Monitorar, Avaliar e Analisar.

38. Um dos modelos de BPM (*Business Process Modeling*) estabelece as seguintes 6 fases para o ciclo de vida dessa técnica:

- A. Implementação
- B. Refinamento
- C. Desenho
- D. Planejamento
- E. Monitoramento e Controle
- F. Análise

A sequência cronológica correta para a execução dessas 6 fases é:

- (A) A – B – F – C – D – E.
- (B) B – E – A – D – F – C.
- (C) D – F – C – A – E – B.
- (D) D – F – E – A – B – C.
- (E) F – D – A – C – B – E.

39. Na modelagem de bancos de dados relacionais, há um item importante da modelagem, que é o conceito de chave estrangeira, na qual

- (A) os atributos que a compõem não admitem o uso da acentuação da língua portuguesa.
- (B) os atributos que a compõem podem ter origem na chave primária de mais de uma tabela.
- (C) uma tabela com chave estrangeira não é armazenada no banco de dados.
- (D) não pode ser aplicada a tabelas com mais de 5 atributos.
- (E) somente pode ser do tipo numérico.

40. O processo de Assinatura Digital de documentos digitais inclui recursos para garantir os fatores de segurança da informação. Nesse processo, o recurso utilizado para garantir o não repúdio, ou a irretratabilidade, é

- (A) a chave privada do Certificado Digital do autor do documento.
- (B) a chave pública do Certificado Digital do autor do documento.
- (C) a chave pública do Certificado Digital do receptor do documento.
- (D) o índice positivo de confiabilidade da Autoridade Certificadora (CA).
- (E) o resumo criptográfico gerado a partir do documento.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO EMPRESARIAL

41. No exercício de sua atividade social, uma sociedade em conta de participação descumpra uma relação contratual com terceiro e é obrigada a indenizá-lo. Nesse contexto, é correto afirmar que

- (A) o sócio ostensivo é ilimitada e exclusivamente responsável pela referida indenização, sendo-lhe vedado demandar contribuição do sócio participante, independentemente do que disponha o contrato social.
- (B) o sócio ostensivo é ilimitadamente responsável pela referida indenização, mas o sócio participante responderá solidariamente com ele se tiver tomado parte da relação contratual com o terceiro.
- (C) a contribuição do sócio participante constitui, com a do sócio ostensivo, patrimônio especial, objeto da conta de participação relativa aos negócios sociais; embora o sócio ostensivo seja ilimitadamente responsável pela indenização devida ao terceiro, tem o benefício de ordem, de tal modo que o patrimônio especial da sociedade deve responder pelas obrigações sociais antes que o patrimônio pessoal do sócio possa ser executado.
- (D) o sócio ostensivo é ilimitadamente responsável pela referida indenização, podendo, entretanto, demandar contribuição do sócio participante até o limite dos lucros que lhe sejam atribuídos.
- (E) em caso de falência do sócio ostensivo, a sociedade será dissolvida e o sócio participante poderá ser chamado a responder pela obrigação não satisfeita.

42. Um conjunto de pessoas dedicadas à atividade rural se obriga reciprocamente a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.
- (A) O acordo entre tais pessoas constitui contrato de sociedade, sendo que os sócios deverão escolher um tipo societário dentre aqueles previstos no Código Civil ou legislação esparsa. Independentemente do tipo societário escolhido, referida sociedade poderá optar por qualificar-se como sociedade empresária, sujeita à inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, ou sociedade simples, sujeita à inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
- (B) A sociedade que tenha por objeto o exercício de atividade própria de empresário rural deve obrigatoriamente inscrever-se no Registro Público de Empresas Mercantis da sua sede.
- (C) O acordo entre tais pessoas constitui contrato de sociedade, sendo que os sócios deverão escolher um tipo societário dentre aqueles previstos no Código Civil ou legislação esparsa. Caso optem por uma cooperativa, a sociedade será simples (não empresária), regendo-se pela legislação que lhe é própria e, no seu silêncio, pelas disposições do Código Civil referentes à sociedade simples.
- (D) Enquanto não inscritos os atos constitutivos, reger-se-á a sociedade, exceto por ações em organização, pelas normas da sociedade simples.
- (E) Se a atividade rural, objeto da sociedade, configurar exercício profissional de atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços, a sociedade será necessariamente qualificada como sociedade empresária sujeita a registro.
43. É correto afirmar sobre a cessão e a transferência de quotas na sociedade limitada:
- (A) na omissão do contrato social, as quotas só poderão ser cedidas para outros sócios ou terceiros se não houver oposição de titulares de mais de um quarto do capital social.
- (B) o contrato social não pode estabelecer direito de preferência aos sócios ou outras restrições, não admitidas expressamente na lei, à livre circulação das quotas.
- (C) a cessão terá eficácia quanto à sociedade desde que firmado o respectivo instrumento, subscrito pelos sócios anuentes, mas somente será eficaz perante terceiros a partir da averbação do referido instrumento.
- (D) no caso de condomínio de quota indivisa, os direitos a ela inerentes, inclusive a sua cessão, somente podem ser exercidos pelo condômino representante, ou pelo inventariante do espólio de sócio falecido, observada para a cessão a anuência dos demais sócios quotistas, conforme o caso.
- (E) caso o contrato social preveja a regência supletiva da sociedade limitada pelas normas da sociedade anônima, a transferência de quotas para sócios ou terceiros não poderá se sujeitar a quaisquer restrições.
44. A respeito do estabelecimento, assim entendido todo complexo de bens organizado para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária, assinale a alternativa correta.
- (A) O contrato que tenha por objeto a alienação, o usufruto ou arrendamento do estabelecimento por alienante solvente, produzirá efeitos quanto a terceiros mediante averbação à margem da inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis, independentemente de publicação.
- (B) O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, contabilizados ou não, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de um ano.
- (C) Salvo disposição em contrário, a transferência importa a sub-rogação do adquirente nos contratos estipulados para exploração do estabelecimento, se tiverem caráter pessoal.
- (D) A cessão dos créditos referentes ao estabelecimento transferido produzirá efeito em relação aos respectivos devedores, desde o momento da publicação da transferência; independentemente de qualquer outra circunstância, o devedor responderá por perdas e danos se, não obstante a cessão, pagar tais créditos ao cedente.
- (E) Se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento depende, além dos requisitos legais ordinariamente exigidos em qualquer alienação de estabelecimento, do pagamento de todos os créditos, ou do consentimento destes, de modo expresso ou tácito, em trinta dias a partir de sua notificação.

45. Na sociedade limitada, a responsabilidade dos sócios é limitada. Nesse sentido, é exemplo de responsabilidade que, como regra, não pode ser imputada ao referido sócio:

- (A) responsabilidade pelo valor das quotas subscritas ou pela integralização do capital social como um todo.
- (B) responsabilidade por obrigações da sociedade que esta não seja capaz de adimplir em razão de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.
- (C) responsabilidade por perdas e danos acarretados à sociedade ou a terceiros em razão de abuso do poder de controle.
- (D) responsabilidade por obrigações da sociedade incorridas no exercício de sua atividade-fim, que esta não seja capaz de adimplir com bens e recursos próprios, mesmo após esgotados todos os correspondentes meios de cobrança a cargo do credor.
- (E) responsabilidade por perdas e danos acarretados à sociedade ou a terceiros em razão de atos do sócio, na qualidade de sócio-administrador, em infração à lei ou ao contrato social.

46. Sobre os deveres e responsabilidades do administrador na sociedade anônima, é correto afirmar que

- (A) o administrador eleito por grupo ou classe de acionistas tem, para com a companhia, os mesmos deveres que os demais, ressalvada a sua prerrogativa de defender os interesses legalmente acolhidos daqueles que o elegeram.
- (B) é vedado aos administradores autorizar, sob quaisquer circunstâncias, a prática de atos gratuitos em benefício dos empregados ou da comunidade de que participe a empresa.
- (C) é vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe o dever de notificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata da reunião dos administradores, a natureza e extensão do seu interesse.
- (D) o administrador é solidariamente responsável por atos ilícitos de outros administradores, salvo na medida em que se abster de deliberar por meio das quais a prática de tais atos ilícitos tenha sido aprovada ou ratificada pelo correspondente órgão da administração.
- (E) cumpre ao administrador de companhia aberta guardar sigilo sobre qualquer informação que ainda não tenha sido divulgada para conhecimento do mercado, obtida em razão do cargo e capaz de influir de modo ponderável na cotação de valores mobiliários, ressalvado o direito pleno à informação de todos os acionistas.

47. Considerando a responsabilidade dos sócios na falência, é correto afirmar que

- (A) a decisão que decreta a falência da sociedade também acarreta a falência dos sócios ilimitadamente responsáveis, inclusive daqueles que tenham se retirado voluntariamente ou que tenham sido excluídos da sociedade há menos de 2 (dois) anos; no caso desses sócios que tenham se retirado ou sido excluídos, sua falência se limita às dívidas existentes na data do arquivamento da respectiva alteração do contrato, no caso de não terem sido solvidas até a data da decretação da falência.
- (B) a responsabilidade pessoal dos sócios de responsabilidade limitada, dos controladores e dos administradores da sociedade falida, estabelecida nas respectivas leis, será apurada no próprio juízo da falência uma vez constatado que a realização do ativo é ou será insuficiente para cobrir o passivo, observado o procedimento ordinário previsto no Código de Processo Civil.
- (C) a decretação da falência determina, independentemente do tipo societário, o vencimento antecipado das dívidas da sociedade falida e de seus sócios controladores, com o abatimento proporcional dos juros, e converte todos os créditos em moeda estrangeira para a moeda do País, pelo câmbio do dia da decisão judicial, para todos os efeitos desta Lei.
- (D) a decisão que decreta a falência da sociedade, independentemente do seu tipo societário, também acarreta a falência de todos os seus sócios, que ficam sujeitos aos mesmos efeitos jurídicos produzidos em relação à sociedade falida e, por isso, deverão ser citados para apresentar contestação, se assim o desejarem.
- (E) prescreverá em 2 (dois) anos, contados da decretação da falência, a ação de responsabilização pessoal dos sócios de responsabilidade limitada, dos controladores e dos administradores da sociedade falida, estabelecida nas respectivas leis, e a ser apurada no próprio juízo da falência.

48. Estão sujeitos à recuperação judicial e seus efeitos, inclusive suspensão dos processos executórios pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contado do deferimento do processamento da recuperação:

- (A) os direitos e privilégios dos credores contra os coobrigados do devedor, seus fiadores e obrigados de regresso.
- (B) os créditos tributários.
- (C) os créditos garantidos por propriedade fiduciária de bens móveis ou imóveis, derivados de arrendamento mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio.
- (D) o crédito oriundo da importância entregue ao devedor, em moeda corrente nacional, decorrente de adiantamento a contrato de câmbio para exportação, independentemente do prazo total da operação.
- (E) os créditos existentes na data do pedido de recuperação judicial e pertencentes a fornecedores de bens ou serviços que continuarem a provê-los normalmente após o referido pedido.

49. As sociedades anônimas poderão ter ações de diferentes classes, observado que

- (A) as ações ordinárias são de classe única, mas as ações preferenciais poderão ter classes distintas conforme as preferências ou vantagens atribuídas a cada uma delas.
- (B) as ações ordinárias de companhia fechada poderão ser de diversas classes em função de conversibilidade em ações preferenciais, exigência de nacionalidade brasileira do acionista ou direito de voto em separado para preenchimento de determinados cargos de órgãos administrativos.
- (C) às ações preferenciais não pode ser atribuído o direito de voto, salvo se a companhia, pelo prazo previsto no estatuto, não superior a 3 (três) exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos a que fizerem jus, direito que conserva - rão até o pagamento, se tais dividendos não forem cumulativos, ou até que sejam pagos os cumulativos em atraso.
- (D) ações ordinárias e ações preferenciais, em companhias abertas ou fechadas, poderão ter classes distintas conforme as preferências e vantagens atribuídas a cada uma delas.
- (E) o número de ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrição no exercício desse direito, não pode ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas; da mesma forma, os dividendos atribuídos a tais ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrição no exercício desse direito, não podem superar, em qualquer hipótese, independentemente do que estabeleça o estatuto social, 50% (cinquenta por cento) do total de dividendos.

50. Sobre o resgate, amortização e reembolso de ações, assinale a alternativa correta.

- (A) A amortização consiste na distribuição aos acionistas, a título de antecipação e sem redução do capital social, de quantias que lhes poderiam tocar em caso de liquidação da companhia; ela pode ser integral ou parcial e abranger todas as classes de ações ou só uma delas.
- (B) O resgate, espécie de redução de capital, consiste no pagamento do valor das ações para retirá-las definitivamente de circulação, sendo de iniciativa exclusiva da companhia.
- (C) O resgate é a operação pela qual, nos casos previstos em lei, a companhia paga aos acionistas dissidentes de deliberação da assembleia-geral o valor de suas ações. O estatuto pode estabelecer normas para a determinação do valor de resgate, que, entretanto, somente poderá ser inferior ao valor de patrimônio líquido, se estipulado com base no valor econômico da companhia, a ser apurado em avaliação.
- (D) Se sobrevier a falência da sociedade, os acionistas dissidentes, credores pelo reembolso de suas ações, serão classificados como credores subordinados, mas gozarão de preferência sobre os demais acionistas.
- (E) as ações integralmente amortizadas serão canceladas, não fazendo jus a qualquer participação em caso de liquidação da companhia.

DIREITO PENAL

51. Determina a CR/88 que é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, com competência para julgamento dos crimes dolosos contra a vida. Ainda, são princípios constitucionais expressos, nos termos do art. 5º, XXXVIII:

- (A) a plenitude de defesa, o parcial sigilo das votações e a soberania dos veredictos.
- (B) a plenitude de defesa, o sigilo das votações e a ampla recorribilidade dos veredictos.
- (C) a plenitude de defesa, o sigilo das votações e a soberania dos veredictos.
- (D) a ampla defesa, o parcial sigilo das votações e a soberania dos veredictos.
- (E) a ampla defesa, o parcial sigilo das votações e a ampla recorribilidade dos veredictos.

52. No que concerne à aplicação da lei penal, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei excepcional ou temporária não se aplica ao fato praticado durante sua vigência.
- (B) Considera-se praticado o crime no momento do resultado, ainda que outro seja o momento da ação ou omissão.
- (C) Lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, mas apenas se ainda não decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- (D) Não há crime sem lei anterior que o defina, porém, pode haver pena sem prévia cominação legal.
- (E) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

53. No que concerne ao erro sobre a ilicitude do fato, matéria tratada no art. 21 do CP, assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas:

“O desconhecimento da lei é _____. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, _____; se evitável, _____.”

- (A) escusável ... isenta de pena ... poderá diminuí-la de um sexto a um terço
- (B) escusável ... poderá diminuí-la de um sexto a um terço ... da metade
- (C) inescusável ... poderá diminuí-la de um sexto a um terço ... da metade
- (D) inescusável ... poderá diminuí-la da metade ... de um sexto a um terço
- (E) inescusável ... isenta de pena ... poderá diminuí-la de um sexto a um terço

54. Assinale a alternativa correta, no que tange ao tratamento que o CP dá à imputabilidade penal (arts. 26 a 28).

- (A) Aplicar-se-á exclusivamente medida de segurança se, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado o agente não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- (B) É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- (C) Os menores de 21 (vinte e um) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.
- (D) A emoção ou a paixão excluem a imputabilidade penal para os delitos que exigem especial fim de agir.
- (E) A embriaguez culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos, exclui a imputabilidade penal.

55. De acordo com o art. 108 do CP, é correto afirmar que

- (A) a extinção da punibilidade de crime que é pressuposto, elemento constitutivo ou circunstância agravante de outro não se estende a este. Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles não impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.
- (B) a extinção da punibilidade de crime que é pressuposto, elemento constitutivo ou circunstância agravante de outro estende-se a este. Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles não impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.
- (C) a extinção da punibilidade de crime que é pressuposto, elemento constitutivo ou circunstância agravante de outro não se estende a este. Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.
- (D) a extinção da punibilidade de crime que é pressuposto, elemento constitutivo ou circunstância agravante de outro estende-se a este. Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.
- (E) a extinção da punibilidade de crime que é pressuposto, elemento constitutivo ou circunstância agravante de outro não se estende a este. Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles impede, quanto aos outros, a diminuição da pena resultante da conexão.

56. Assinale a alternativa correta, no que tange às penas, e consequentemente ao desvalor, das figuras típicas dos arts. 297, 298 e 299 do CP.

- (A) A falsificação material de documento público (CP, art. 297, *caput*) é punida com o mesmo rigor que a falsidade ideológica de documento público (CP, art. 299, *caput*).
- (B) A falsificação material de documento público (CP, art. 297, *caput*) é punida com o mesmo rigor que a falsificação material de documento particular (CP, art. 298, *caput*).
- (C) A falsidade ideológica de documento público (CP, art. 299, *caput*) é punida com o mesmo rigor que a falsidade ideológica de documento particular (CP, art. 299, *caput*).
- (D) A falsidade ideológica de documento público (CP, art. 299, *caput*) é punida com o mesmo rigor que a falsificação material de documento particular (CP, art. 298, *caput*).
- (E) Não se pune a falsidade ideológica de documento particular, por ausência de expressa previsão legal.

- 57.** A conduta de solicitar , para si, diretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, configura crime de
- (A) peculato (CP, art. 312).
- (B) concussão (CP, art. 316).
- (C) excesso de exação (CP, art. 316, § 1º).
- (D) corrupção passiva (CP, art. 317).
- (E) corrupção ativa (CP, art. 333).
- 58.** De acordo com o CP , a conduta de funcionário público que, valendo-se dessa qualidade, patrocina interesse privado perante a Administração Pública
- (A) configura prevaricação.
- (B) configura advocacia administrativa.
- (C) configura corrupção passiva.
- (D) é punida com pena de detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa.
- (E) não é típica se o interesse patrocinado é legítimo.
- 59.** A conduta de “extraviar livro oficial, processo fiscal ou qualquer documento, de que tenha a guarda em razão da função; sonegá-lo, ou inutilizá-lo, total ou parcialmente, acarretando pagamento indevido ou inexato de tributo ou contribuição social” configura crime contra
- (A) a Administração Pública.
- (B) a Administração em Geral.
- (C) a Ordem Tributária.
- (D) o Sistema Financeiro Nacional.
- (E) a Administração da Justiça.
- 60.** Aquele que representa por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, sabendo inocente o representado, mesmo sem dar causa à instauração de qualquer procedimento, pratica crime
- (A) específico, previsto na Lei de Improbidade, que tem pena de detenção, de seis a dez meses, e multa.
- (B) de denúncia caluniosa, previsto no CP, que tem pena de reclusão, de dois a oito anos, e multa.
- (C) de falso testemunho, previsto no CP, que tem pena de reclusão, de dois a quatro anos, e multa.
- (D) de comunicação falsa de crime, previsto no CP, que tem pena de detenção, de um a seis meses, ou multa.
- (E) de fraude processual, previsto no CP, que tem pena de detenção, de três meses a dois anos, e multa.
- 61.** Considerando a disciplina constante da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), pode-se corretamente afirmar que
- (A) se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo de início da vigência começará a correr da primeira publicação.
- (B) salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país 90 (noventa) dias depois de oficialmente publicada.
- (C) não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigência até que outra a modifique ou revogue e, salvo disposição em contrário, a lei revogada se restitua por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- (D) a lei posterior revoga a anterior quando expressa ou tacitamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule total ou parcialmente a matéria de que tratava a lei anterior.
- (E) a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior e as correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.
- 62.** Assinale a alternativa em que os dois elencados são, respectivamente, um agente capaz e outro relativamente incapaz:
- (A) pessoa de dezessete anos emancipada; pessoa de quinze anos completos.
- (B) pessoa de dezessete anos, titular de estabelecimento comercial, com economia própria; pessoa de vinte e cinco anos que bebe eventualmente.
- (C) pessoa de dezesseis anos completos casada; pessoa de quarenta anos que, por causa transitória, não pode exprimir sua vontade.
- (D) pessoa de quinze anos que exerce função pública temporária; pessoa de vinte e um anos viciada em tóxico.
- (E) pessoa de dezessete anos que colou grau em curso de ensino médio técnico; pessoa de vinte e um anos pródiga.
- 63.** Quanto às condições impossíveis, pode-se afirmar que
- (A) resolutivas ou suspensivas, invalidam o negócio jurídico.
- (B) invalidam o negócio jurídico se forem suspensivas e fisicamente impossíveis, não o invalidando se forem apenas juridicamente impossíveis.
- (C) invalidam o negócio jurídico se forem suspensivas e juridicamente impossíveis, não o invalidando se forem apenas fisicamente impossíveis.
- (D) se forem resolutivas, têm-se por inexistentes e não interferem na validade do negócio jurídico.
- (E) sejam resolutivas ou suspensivas, sempre devem ser consideradas por inexistentes.

64. Assinale a alternativa correta sobre os defeitos do negócio jurídico.

- (A) O erro de direito não gera a anulabilidade do negócio jurídico, mesmo que seja o seu motivo único ou principal, independentemente de resultar ou não em recusa à aplicação da lei.
- (B) Nos negócios jurídicos bilaterais, o silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado, constitui omissão dolosa, sendo desnecessária a prova de que sem ela o negócio não se teria celebrado.
- (C) Não se configura o estado de perigo a necessidade de salvar pessoa não pertencente à família do declarante, sendo vedado ao juiz decidir de forma diversa.
- (D) Subsistirá o negócio jurídico, se a coação decorrer de terceiro, sem que a parte a que aproveite dela tivesse ou devesse ter conhecimento, devendo, entretanto, o autor da coação responder por todas as perdas e danos que houver causado ao coacto.
- (E) Na lesão aprecia-se a desproporção das prestações segundo os valores ao tempo da alegação da nulidade.

65. José alugou uma casa de sua propriedade para Pedro. Em 01.03.2010, ao saber que José sofreu um acidente automobilístico que lhe levou ao coma, Pedro parou de pagar o aluguel. Em 01.03.2019, José saiu do coma e se recuperou. José procurou seu advogado que, em 01.04.2019, propôs uma ação judicial visando obter a desocupação do imóvel e cobrança dos aluguéis relativos ao período de janeiro de 2010 a março de 2019.

É correto afirmar que

- (A) somente será possível a cobrança dos valores relativos aos três últimos anos.
- (B) não houve a prescrição de qualquer valor, tendo em vista que a prescrição não correu contra José, em razão do seu estado de saúde.
- (C) todos os valores devidos por Pedro não são mais devidos, em razão da prescrição.
- (D) somente será possível a cobrança dos valores devidos a menos de cinco anos.
- (E) somente será possível a cobrança dos valores devidos a menos de quatro anos.

66. Acerca do pagamento realizado por terceiros, é correto afirmar que

- (A) qualquer interessado na extinção da dívida pode pagá-la, usando, se o credor se opuser, dos meios conducentes à exoneração do devedor.
- (B) o terceiro não interessado pode pagar a dívida, utilizando-se dos meios conducentes à exoneração do devedor, se o fizer em nome e à conta do devedor, mesmo com oposição deste.
- (C) o terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar e se sub-roga nos direitos do credor.
- (D) se o terceiro não interessado pagar antes de vencida a dívida terá direito ao reembolso a partir da data do pagamento, mesmo que anterior ao vencimento.
- (E) o pagamento feito por terceiro, com desconhecimento ou oposição do devedor, obriga a reembolsar aquele que pagou, mesmo se o devedor tinha meios para ilidir a ação.

67. Maria comprou um carro de João em 01.01.2019. No dia 01.03.2019, o carro fundiu o motor, em razão da instalação, realizada por João, de um equipamento no motor, destinado a aumentar a potência. Maria desconhecia que o carro por ela comprado tinha o referido equipamento.

Assinale a alternativa correta em relação ao caso.

- (A) O direito de obter a redibição já se escoou em razão de decurso de prazo superior a 30 dias da compra.
- (B) Maria tem o prazo de 30 dias, a partir da descoberta do defeito, para postular o seu direito à redibição.
- (C) Maria tem o prazo de 180 dias contados da data da compra para postular o seu direito à redibição.
- (D) Maria tem o prazo de um ano da compra para postular o seu direito à redibição.
- (E) Maria tem o prazo de 180 dias, a partir da descoberta do defeito, para postular o seu direito à redibição.

68. É correto afirmar que será atribuída a propriedade, pela usucapião, àquele que

- (A) mesmo sendo proprietário de imóvel rural, possua como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia.
- (B) possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, desde que não seja proprietário de mais de um imóvel urbano ou rural.
- (C) exercer, por 2 (dois) anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex-companheir(o) que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, mesmo sendo proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- (D) possuir por três anos imóvel adquirido onerosamente, com base no registro constante do respectivo cartório, cancelado posteriormente, desde que tenha estabelecido a sua moradia, ou realizado investimentos de interesse social e econômico.
- (E) por dez anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como sua um imóvel, independentemente de título e boa-fé, se houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo.

69. Caio adquiriu um apartamento diretamente do incorporador, referente a uma incorporação submetida ao regime do patrimônio de afetação. Entretanto, decidiu desfazer o negócio. É correto afirmar que Caio:

- (A) tem direito a receber a integralidade do valor pago.
- (B) se previsto no contrato, pagará pena convencional de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantia paga.
- (C) se previsto no contrato, pagará pena convencional não superior a 50% (cinquenta por cento) da quantia paga.
- (D) tem direito a receber a integralidade do valor pago, deduzidos os valores decorrentes das despesas do contrato e comissão de corretagem.
- (E) tem direito a receber 75% (setenta e cinco por cento) do valor pago, deduzidos os valores decorrentes das despesas do contrato e comissão de corretagem.

70. Acerca do usufruto, assinale a alternativa correta.

- (A) Não se pode transferir o usufruto por alienação e nem o seu exercício pode ceder-se por título oneroso.
- (B) O usufruto de imóveis não pode ser adquirido pela usucapião.
- (C) O usufrutuário deve usufruir em pessoa, sendo vedado o arrendamento, bem como a mudança da destinação econômica do prédio.
- (D) Quando o usufruto recai em títulos de crédito, o usufrutuário tem direito a perceber os frutos e a cobrar as respectivas dívidas.
- (E) Constituído o usufruto em favor de duas ou mais pessoas, o quinhão do falecido se transfere ao sobrevivente, salvo estipulação em sentido contrário.

DIREITO ADMINISTRATIVO

71. A respeito da dispensa e inexigibilidade de licitação, assinale a alternativa correta.

- (A) Considera-se dispensada a licitação na hipótese em que o legislador define previamente que a contratação não será precedida de um procedimento concorrential, ainda que a sua realização seja materialmente possível.
- (B) A dispensa de licitação ocorre nas situações em que o legislador autoriza o administrador, por meio de rol exemplificativo, a celebrar o contrato diretamente com o particular, sempre que tal postura se mostrar mais conveniente ao atendimento do interesse público.
- (C) A licitação fracassada é hipótese de dispensa de licitação e consiste na situação em que, apesar da validade de todas as condições previstas no Edital, não surgem interessados em participar da competição.
- (D) A licitação será inexigível sempre que a realização do processo competitivo for material ou juridicamente impossível, devendo a situação se amoldar nas hipóteses taxativamente previstas em lei.
- (E) O credenciamento consiste em modalidade de dispensa de licitação e permite a seleção de potenciais interessados para posterior contratação, quando houver o interesse na prestação do serviço pelo maior número de pessoas possível.

72. José, ocupante do cargo de fiscal de rendas, revelou para a imprensa fato de que tem ciência, em razão de suas atribuições, e que deve permanecer em segredo, visto que se trata de dado sujeito à sigilo fiscal.

Considerando a situação hipotética e as disposições da Lei nº 8.429/92, é correto afirmar que José

- (A) não cometeu ato de improbidade administrativa.
- (B) cometeu ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- (C) cometeu ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito.
- (D) cometeu ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- (E) apenas terá cometido ato de improbidade administrativa se causar lesão ao patrimônio público e se enriquecer ilicitamente.

73. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei nº 8.987/1995 – lei que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.

- (A) O poder concedente publicará, após o edital de licitação, ato justificando a conveniência da outorga de concessão, caracterizando seu objeto, área e prazo.
- (B) Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.
- (C) Não é obrigação do usuário levar ao conhecimento do poder público e da concessionária as irregularidades de que tenha conhecimento, referentes ao serviço prestado.
- (D) As concessionárias de serviços públicos, nos Estados, são obrigadas a oferecer ao consumidor e ao usuário, dentro do mês de vencimento, o mínimo de dez datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos.
- (E) Em havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o poder concedente deverá restabelecê-lo em até seis meses após a alteração.

74. Pedro é agente fiscal de rendas e, de maneira culposa, praticou conduta que causou prejuízo ao erário. A conduta realizada por Pedro, apesar de ser considerada infração funcional administrativa, não constitui crime ou improbidade administrativa. A Administração Pública deseja ajuizar ação de reparação de danos em face de Pedro. Considerando a situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) A pretensão da Administração Pública em face de Pedro é imprescritível.
- (B) A Administração Pública deve ajuizar a ação de reparação de danos em face de Pedro no prazo de 10 (dez) anos.
- (C) A pretensão da Administração Pública em face de Pedro prescreve no prazo de 05 (cinco) anos.
- (D) Os agentes públicos somente podem ser responsabilizados pela reparação dos danos causados com dolo.
- (E) A Fazenda Pública tem o prazo de 03 (três) anos para ajuizar a ação de reparação de danos em face de Pedro.

75. Assinale a alternativa que contém exemplo de um ato administrativo enunciativo.

- (A) Regimento.
- (B) Portaria.
- (C) Autorização.
- (D) Certidão.
- (E) Ofício.

76. Sobre o poder de polícia, assinale a alternativa correta.

- (A) Via de regra o poder de polícia não é autoexecutório, dependendo de ordem judicial para ser implementado.
- (B) O ciclo de polícia é composto por apenas três fases: consentimento, fiscalização e coerção.
- (C) Em regra o exercício do poder de polícia é caracterizado pela discricionariedade.
- (D) É inconstitucional a atribuição, às guardas municipais, do exercício de poder de polícia de trânsito, pois tal poder é indelegável.
- (E) O poder de polícia pode ser praticado com o objetivo de assegurar o interesse público, ainda que suprima o núcleo essencial dos direitos fundamentais.

77. A respeito dos contratos firmados pela Administração Pública, assinale a alternativa que está de acordo com a Lei nº 8.666/93.

- (A) Toda prorrogação de prazo contratual deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.
- (B) É possível à Administração Pública firmar contrato com prazo de vigência indeterminado, tendo em vista o princípio da supremacia do interesse público.
- (C) A declaração de nulidade do contrato administrativo tem efeitos *ex nunc*, não desconstituindo os efeitos jurídicos já produzidos.
- (D) A garantia prestada pelo contratado será restituída proporcionalmente durante a execução do contrato, acrescida de atualização monetária.
- (E) O uso do instrumento de contrato é obrigatório em todas as contratações administrativas.

78. A respeito das autarquias, assinale a alternativa correta.

- (A) A autarquia é uma pessoa jurídica de direito privado, criada por lei.
- (B) A autarquia é instituída diretamente pela lei e sua personalidade jurídica tem início com a vigência da lei criadora.
- (C) A criação de autarquias decorrem do processo de desconcentração administrativa, integrando essas entidades à estrutura orgânica da Administração Direta.
- (D) As autarquias se sujeitam, via de regra, à responsabilidade civil subjetiva.
- (E) As autarquias não se submetem ao regime dos precatórios ou da Requisição de Pequeno Valor (RPV).

79. Sobre as entidades que integram os Serviços Sociais Autônomos (Sistema S), assinale a alternativa que está de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

- (A) As entidades do "Sistema S" integram a Administração Direta, não possuindo autonomia administrativa.
- (B) As entidades do "Sistema S" estão submetidas à exigência de concurso público para a contratação de pessoal.
- (C) As entidades do "Sistema S" ostentam natureza de pessoa jurídica de direito público e integram a Administração Pública.
- (D) As contratações feitas pelas entidades integrantes do "Sistema S" se submetem ao processo licitatório disciplinado pela Lei nº 8.666/93.
- (E) As entidades do Sistema "S" têm natureza privada e possuem autonomia administrativa, motivo pelo qual não se submetem ao processo licitatório disciplinado pela Lei nº 8.666/93.

80. Assinale a alternativa que contém os princípios da Administração Pública explícitos na Constituição Federal.

- (A) Proporcionalidade, moralidade, eficiência, razoabilidade e legalidade.
- (B) Impessoalidade, publicidade, moralidade, legalidade e eficiência.
- (C) Legalidade, impessoalidade, proporcionalidade, finalidade pública e moralidade.
- (D) Autotutela, continuidade, razoabilidade, legalidade e moralidade.
- (E) Moralidade, confiança legítima, segurança jurídica, legalidade e impessoalidade.



PREFEITURA DE GUARULHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

002. PROVA OBJETIVA II

(Conhecimentos Específicos)

INSPETOR FISCAL DE RENDAS VI

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

01. De acordo com o disposto na Lei Orgânica do Município de Guarulhos, o tributo municipal que pode ser cobrado, quando o proprietário de imóvel urbano seja beneficiado em decorrência de obra pública, denomina-se
- (A) taxa.
 - (B) imposto de obra pública.
 - (C) contribuição de melhoria.
 - (D) IPTU progressivo.
 - (E) imposto social.
02. Nos termos da Lei Orgânica do Município de Guarulhos, compete ao Município instituir
- (A) imposto sobre a transmissão *inter-vivos*, a qualquer título, por ato gratuito, de bens imóveis.
 - (B) imposto sobre a transmissão *causa mortis* sobre bens imóveis.
 - (C) imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, incluindo óleo diesel.
 - (D) imposto sobre a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens móveis.
 - (E) taxas em razão do exercício do poder de polícia.
03. A empresa "ABC Ltda" é pessoa jurídica que atua no ramo de prestação de serviços de contabilidade. João, que é um dos seus sócios, decidiu incorporar ao patrimônio da empresa um imóvel de sua propriedade particular, e deverá formalizar essa transmissão, a título de integralização de capital da empresa, perante o Registro de Imóveis. Nessa situação, a Lei Orgânica do Município de Guarulhos dispõe que
- (A) João deverá recolher o imposto municipal de transmissão com a alíquota de 2% (dois por cento).
 - (B) a empresa "ABC Ltda" deverá recolher o imposto municipal de doação com a alíquota de 2% (dois por cento).
 - (C) João deverá recolher o imposto municipal de transmissão com a alíquota de 2,5% (dois e meio por cento).
 - (D) a empresa "ABC Ltda" deverá recolher o imposto municipal de doação com a alíquota de 4% (quatro por cento).
 - (E) não haverá incidência de imposto municipal sobre a operação realizada entre João e a empresa "ABC Ltda."
04. A respeito da planta genérica de valores dos imóveis, a Lei Orgânica do Município de Guarulhos estabelece que
- (A) ela deve conter, além de outros elementos, o custo de reprodução dos prédios para efeito de tributação.
 - (B) o Poder Legislativo tem a competência para promover a revisão dos seus valores.
 - (C) ela será submetida à Câmara Municipal por meio de decreto do Chefe do Executivo.
 - (D) os valores venais dos imóveis não guardam relação com os respectivos valores de mercado.
 - (E) ao Executivo é vedado atualizar o valor monetário da base de cálculo do imposto dos imóveis cujos valores já são por ela definidos.
05. Nos termos do que reza a Lei Orgânica do Município de Guarulhos, a Câmara Municipal deverá deliberar a proposição orçamentária até o dia 15 de dezembro e, se rejeitado o projeto,
- (A) este deve retornar ao Poder Executivo para elaborar nova proposta em até trinta dias.
 - (B) os trabalhos legislativos ficarão suspensos até que nova proposta seja enviada para votação da Câmara.
 - (C) a Câmara deverá autorizar, por decreto legislativo, que o Poder Executivo utilize até cinqüenta por cento do orçamento anterior.
 - (D) será promulgada a lei orçamentária anterior, monetariamente atualizada.
 - (E) ele será devolvido ao Poder Executivo, que deverá fazer as correções apontadas e enviar nova proposta para deliberação da Câmara.
06. Os orçamentos das entidades, autarquias, fundações e sociedades de economia mista do Município, nos moldes da Lei Orgânica do Município de Guarulhos, serão
- (A) publicados conjuntamente com o orçamento do Município.
 - (B) publicados como complemento do orçamento do Município.
 - (C) votados pela Câmara somente depois de aprovado o orçamento do Município.
 - (D) votados antes do orçamento do Município.
 - (E) apreciados e votados pela Câmara no prazo de 30 dias e não admitirão emendas parlamentares.

07. Os pagamentos devidos pelo Município, decorrentes de decisões judiciais, conforme a Lei Orgânica do Município, far-se-ão por meio de
- (A) notas promissórias.
 - (B) precatórios.
 - (C) dotações orçamentárias.
 - (D) créditos fiscais.
 - (E) créditos especiais.
08. Segundo a Lei Municipal nº 5.986/2003 (ISSQN), na hipótese de um contribuinte ter prestado serviço tributável pelo Município, mas não ter recebido o preço correspondente,
- (A) não incidirá o respectivo imposto.
 - (B) o imposto deverá ser recolhido quando houver o efetivo pagamento do serviço.
 - (C) haverá diferimento do imposto pelo prazo de trinta dias.
 - (D) incidirá o imposto, pois este independe do recebimento do preço.
 - (E) deverá ser recolhido o imposto com redução de cinquenta por cento da alíquota.
09. Um contribuinte municipal presta diversos tipos de serviços que se enquadram em várias atividades previstas na lista do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, da Lei Municipal nº 5.986/2003 (ISSQN). Nessa hipótese, a referida Lei estabelece que
- (A) o imposto será calculado com base na atividade com incidência de maior alíquota.
 - (B) a base de cálculo do imposto será arbitrada por estimativa.
 - (C) haverá tantas incidências quantas forem as espécies de serviços.
 - (D) o imposto será cobrado com base na média mensal do valor do serviço.
 - (E) o imposto poderá ser recolhido com base no serviço que possuir a menor alíquota.
10. Na hipótese de uma pessoa jurídica se utilizar de um serviço cujo prestador esteja obrigado a emitir nota fiscal, mas dele não exigir esse documento, a Lei Municipal nº 5.986/2003 (ISSQN) estabelece que a pessoa jurídica
- (A) será solidariamente obrigada ao recolhimento do imposto devido ao Município.
 - (B) ficará responsável pelo pagamento do imposto apenas se o contribuinte não o recolher no prazo devido.
 - (C) não poderá ser responsabilizado pelo pagamento do imposto devido, uma vez que não é contribuinte municipal.
 - (D) será responsável subsidiária pelo recolhimento do valor do imposto devido ao Município.
 - (E) será responsabilizada pela multa em razão do descumprimento de obrigação acessória, e o contribuinte, pelo imposto devido.
11. Assinale a alternativa correta a respeito das penalidades previstas na Lei Municipal nº 5.986/2003 (ISSQN).
- (A) O pagamento efetuado na conformidade da Lei não implicará na desistência da impugnação e renúncia aos recursos eventualmente oferecidos.
 - (B) Em caso de reincidência das infrações, a multa será acrescida de 100% (cem por cento).
 - (C) O reincidente não poderá ser submetido a sistema especial de fiscalização.
 - (D) A denúncia espontânea só será aceita, no caso de infração administrativa, quando for comprovado pedido de parcelamento administrativo.
 - (E) Não se considera espontânea a denúncia feita depois do início do procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.
12. Considerando o que dispõe a Lei nº 3.415/1988 (ITBI), assinale a alternativa correta a respeito do cálculo do imposto.
- (A) A base de cálculo do imposto é o valor de mercado dos bens ou direitos transmitidos, devidamente atualizado.
 - (B) Poderão ser abatidas do valor do bem as dívidas que onerem o imóvel transmitido, dentro dos limites estabelecidos na Lei.
 - (C) Nas cessões de direitos à aquisição, será deduzido da base de cálculo o valor ainda não pago pelo cedente.
 - (D) Na apuração do valor do bem transmitido, não será considerado o valor das benfeitorias e construções nele incorporadas.
 - (E) Para efeito de recolhimento do imposto, não poderá ser utilizado o valor constante da escritura ou instrumento particular de transmissão ou cessão.

- 13.** Determinado contribuinte domiciliado em Guarulhos celebrou um compromisso de compra e venda de imóvel localizado no Município e protocolou pedido de parcelamento do ITBI perante a Prefeitura, tendo recolhido 5 (cinco) parcelas do débito. No entanto, antes da transcrição do negócio no Cartório de Registro de Imóveis, as partes rescindiram o negócio, não se concretizando a transferência de propriedade do bem. Nessa hipótese, segundo dispõe a Lei Municipal nº 3.415/1988, é correto afirmar que
- (A) o parcelamento fica cancelado, desde que seja juntado o distrato do compromisso de compra e venda, tendo o contribuinte direito ao ressarcimento das parcelas pagas.
 - (B) o contribuinte poderá requerer o cancelamento do parcelamento, juntando a certidão do competente Tabelionato de Notas, constando que a escritura não foi lavrada, e terá direito à restituição dos valores pagos, que deve ser requerida no ato do pedido de cancelamento.
 - (C) o contribuinte poderá interromper o pagamento do parcelamento, bastando informar, por meio de declaração escrita e por ele assinada, a não realização do negócio, e requerer a restituição dos valores pagos, que serão devolvidos ao contribuinte após o prazo final do parcelamento.
 - (D) o parcelamento pode ser cancelado a pedido do contribuinte, que deve juntar declaração das partes que celebraram o respectivo contrato, comprovando a rescisão contratual, mediante a qual terá direito à devolução das parcelas pagas dentro do prazo máximo de seis meses da data do protocolo.
 - (E) o contribuinte deverá continuar a pagar o parcelamento até que a rescisão do compromisso de compra e venda seja reconhecida por decisão judicial, que, após o trânsito em julgado, dará direito ao contribuinte de pedir a devolução das parcelas pagas.
- 14.** A Lei Municipal nº 3.415/1988 estabelece que o cálculo do ITBI deve utilizar, como base de cálculo, o valor constante da escritura ou instrumento particular de transmissão ou cessão e, em nenhuma hipótese, esse valor poderá ser inferior ao valor venal do imóvel utilizado, no exercício, para efeito de cálculo do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), atualizado monetariamente. Nesse sentido, em caso de incorreção de lançamento do IPTU, que serviu de base de cálculo nessa hipótese, essa mesma Lei dispõe que
- (A) o Fisco Municipal poderá rever, de ofício, os valores recolhidos a título de Imposto de Transmissão.
 - (B) o Município deverá postular a revisão judicial do valor do Imposto de Transmissão.
 - (C) a revisão do valor do IPTU necessita ser feita judicialmente pelo contribuinte.
 - (D) o Fisco Municipal deverá compensar o valor do Imposto de Transmissão pago a maior, se for o caso, no ano seguinte.
 - (E) o contribuinte poderá abater o valor do Imposto de Transmissão pago a maior, se for o caso, com o valor devido do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.
- 15.** Artaxerxes é proprietário de dois imóveis localizados na zona urbana do Município de Guarulhos nos quais, comprovadamente, exerce atividade de exploração agrícola e pecuária em ambos. Nessa situação, segundo o disposto na Lei Municipal nº 6.793/2010 (IPTU), é correto afirmar que Artaxerxes
- (A) não sofrerá a incidência do IPTU sobre os dois imóveis.
 - (B) sofrerá a incidência do IPTU apenas sobre o imóvel de maior valor.
 - (C) sofrerá a incidência do IPTU, igualmente, sobre os dois imóveis.
 - (D) terá desconto de 50% (cinquenta por cento) do IPTU sobre os dois imóveis.
 - (E) terá desconto de 50% (cinquenta por cento) do IPTU sobre o imóvel de menor valor.
- 16.** Para o efeito da isenção concedida em função do valor do imóvel de que trata a Lei Municipal nº 6.793/2010, os imóveis que possuam garagens registradas em matrícula diversa
- (A) terão afastada a qualificação de um único imóvel para efeitos de limite de isenção tributária.
 - (B) não terão afastada a qualificação de um único imóvel, e não terão seu valor somado ao do respectivo imóvel residencial para efeito de limite da isenção.
 - (C) serão considerados isoladamente como imóveis de um único proprietário, e a isenção legal incidirá sobre o de menor valor.
 - (D) não terão afastada a qualificação de um único imóvel, contudo terão seu valor somado ao do respectivo imóvel residencial para efeito de limite da isenção.
 - (E) serão considerados, isoladamente, como imóveis de um único proprietário, e a isenção legal incidirá sobre o de maior valor.
- 17.** Segundo a Lei Municipal nº 6.793/2010, os imóveis localizados nas vias públicas, onde são realizadas feiras livres ou comboios, no âmbito do Município de Guarulhos,
- (A) não darão direito a desconto sobre o valor do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.
 - (B) ensejarão isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU ao seu proprietário.
 - (C) darão imunidade tributária ao seu proprietário com relação à incidência do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.
 - (D) darão direito ao seu proprietário de um desconto de 50% (cinquenta por cento) no valor anual do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.
 - (E) darão direito ao seu proprietário de um desconto de 20% (vinte por cento) no valor anual do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.

18. Como regra geral, as impugnações contra lançamentos do IPTU, nos termos da Lei Municipal nº 6.793/2010,
- (A) serão conhecidas com efeito suspensivo e deverão ser apresentadas até o último dia útil de janeiro do ano do lançamento do imposto.
 - (B) não terão efeito suspensivo e deverão ser apresentadas até o vencimento da primeira parcela.
 - (C) serão conhecidas com efeito suspensivo e deverão ser apresentadas até o vencimento da primeira parcela.
 - (D) não terão efeito suspensivo e deverão ser apresentadas até o último dia útil de janeiro do ano do lançamento do imposto.
 - (E) terão que ser efetivadas perante o Poder Judiciário, para que tenham efeito suspensivo.
19. Segundo a Lei Complementar nº 116/2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, com relação às exportações de serviços para o exterior do País,
- (A) incidirá o imposto com redução de 50% (cinquenta por cento) sobre a alíquota normal.
 - (B) o serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do domicílio do prestador.
 - (C) deverão receber incentivos fiscais dos Municípios que instituírem o imposto.
 - (D) somente incidirá o imposto se a prestação envolver fornecimento de mercadorias.
 - (E) não incidirá o imposto.
20. Assinale a alternativa que contempla um tipo de pessoa jurídica que pode se enquadrar nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, como microempresa ou empresa de pequeno porte, e que poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nessa Lei, desde que atenda aos demais requisitos legais.
- (A) Constituída sob a forma de sociedade por ações.
 - (B) Constituída sob a forma de cooperativa de consumo.
 - (C) De cujo capital participe outra pessoa jurídica.
 - (D) Filial, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior.
 - (E) Que exerça atividade de sociedade de crédito.
21. Quanto aos valores efetivamente pagos ou distribuídos ao titular ou sócio da microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, a Lei Complementar nº 123/2006 estabelece que
- (A) são isentos do imposto de renda, na fonte e na declaração de ajuste do beneficiário, incluindo os que corresponderem a pró-labore, aluguéis ou serviços prestados.
 - (B) terão alíquota reduzida do imposto de renda, na fonte, e na declaração de ajuste do beneficiário, incluindo os que correspondem a pró-labore, aluguéis ou serviços prestados.
 - (C) são isentos do imposto de renda, na fonte e na declaração de ajuste do beneficiário, salvo os que corresponderem a pró-labore, aluguéis ou serviços prestados.
 - (D) ficarão sujeitos ao recolhimento do imposto de renda, mas poderão ter isenção quanto aos valores percebidos a título de pró-labore, aluguéis ou serviços prestados.
 - (E) são considerados rendimentos tributáveis pelo imposto de renda, mas aqueles que corresponderem a pró-labore, aluguéis ou serviços prestados poderão ter alíquota reduzida.
22. Nos termos da Resolução do CGSN nº 140/2017 (Simples Nacional), é correto afirmar que, para os efeitos da Resolução, são considerados componentes da Receita Bruta:
- (A) as verbas de patrocínio.
 - (B) as vendas de bens do ativo imobilizado.
 - (C) os juros moratórios auferidos em decorrência do atraso no pagamento de operações ou prestações.
 - (D) os rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável.
 - (E) as remessas de amostra grátis.
23. Apolo é residente em Guarulhos e exerce atividade enquadrada nos termos da Lei Municipal nº 5.767/2001, que institui a Taxa de Fiscalização de Instalação, Localização e Funcionamento e a Taxa de Fiscalização de Publicidade. Em janeiro de 2017, Apolo veio a cometer uma infração prevista na referida Lei e, em fevereiro de 2019, ele acabou por violar a mesma regra. Nessa hipótese, portanto, Apolo
- (A) será considerado reincidente e ficará sujeito à respectiva multa acrescida de 50% (cinquenta por cento).
 - (B) não será considerado reincidente e ficará sujeito à mesma multa prevista pela respectiva infração.
 - (C) será considerado reincidente e ficará sujeito à respectiva multa acrescida de 100% (cem por cento).
 - (D) não será considerado reincidente, mas além da multa aplicável à infração, terá suas atividades suspensas.
 - (E) será considerado reincidente, ficará sujeito à respectiva multa no valor dobrado e ainda terá cassada a licença de sua atividade.

24. Assinale a alternativa que está em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 7.345/2014, que trata da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP).
- (A) A COSIP incidirá sobre os beneficiários da prestação do serviço de iluminação pública no território do Município, incluindo órgãos públicos do Estado e da União.
 - (B) O valor da COSIP será reajustado, anualmente, de acordo com os índices de reajuste aplicáveis ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.
 - (C) Terão alíquota reduzida da COSIP os beneficiários cadastrados no Programa Bolsa Família e os consumidores da tarifa social de energia elétrica.
 - (D) A determinação da classe do consumidor de energia elétrica, para efeito de enquadramento das faixas de consumo sujeitas à COSIP, obedecerá à Lei Municipal.
 - (E) Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar contrato ou convênio com a concessionária de distribuição de energia elétrica para cobrança da COSIP.
25. A abertura de crédito extraordinário, conforme estabelece a Lei Orgânica do Município de Guarulhos,
- (A) poderá ser realizada livremente, a critério do Chefe do Poder Executivo.
 - (B) será admitida quando necessária para cobrir desequilíbrio do Caixa do Município.
 - (C) não será admitida em nenhuma hipótese.
 - (D) somente será admitida para atender às despesas imprevisíveis e urgentes.
 - (E) destina-se ao pagamento de serviços públicos relevantes quando não houver recursos regulares disponíveis.

AUDITORIA

26. O auditor externo
- (A) pode ter vínculo empregatício com a empresa auditada.
 - (B) tem menor grau de independência que o auditor interno.
 - (C) deve emitir opinião sobre a adequação das demonstrações contábeis.
 - (D) realiza auditoria tanto contábil como operacional.
 - (E) não precisa ter registro no CRC, mas deve ter formação de contador.
27. O procedimento de auditoria que envolve a execução independente pelo auditor de procedimentos ou controles que foram originalmente desenvolvidos pelo controle interno da empresa é denominado
- (A) confirmação.
 - (B) reexecução.
 - (C) inspeção.
 - (D) observação.
 - (E) indagação.

28. Com relação aos papéis de trabalho, é correto afirmar que
- (A) devem ser escriturados à tinta.
 - (B) não podem ser escriturados eletronicamente.
 - (C) devem ser utilizados em apenas um exercício social.
 - (D) não é permitido o uso de símbolos de identificação (tiques).
 - (E) devem ser codificados.
29. A evidência obtida pela comprovação da existência real de ativos e passivos financeiros, recursos humanos, instalações, entre outros, é denominada evidência
- (A) física.
 - (B) documental.
 - (C) analítica.
 - (D) por confirmação.
 - (E) testemunhal.
30. O planejamento de auditoria envolve a definição da estratégia global para o trabalho e o desenvolvimento de plano de auditoria.
- A respeito desse assunto, é correto afirmar que
- (A) a estratégia global deve ser mais detalhada que o plano de auditoria.
 - (B) a estratégia global deve incluir a natureza, a época e a extensão dos procedimentos.
 - (C) os membros-chave da equipe de trabalho não devem ser incluídos na elaboração do plano de auditoria.
 - (D) a estratégia global deve orientar o desenvolvimento do plano de auditoria.
 - (E) o auditor não deve discutir elementos do plano de auditoria com a administração da empresa auditada.
31. A informação, para ser relevante, deve ter valor quando utilizada como dado de entrada para inferir futuros resultados ou quando serve para alterar, ou não, as avaliações prévias. Esses dois valores são denominados, respectivamente:
- (A) preditivo e corretor.
 - (B) corretor e preditivo.
 - (C) confirmatório e preditivo.
 - (D) introdutório e confirmatório.
 - (E) preditivo e confirmatório.
32. Quanto aos tipos de riscos de auditoria, é correto afirmar que
- (A) o risco de detecção independe da ação do auditor.
 - (B) o risco de controle está ligado ao grau de eficácia dos procedimentos conduzidos pelo auditor.
 - (C) o risco inerente é um risco próprio da natureza da atividade em questão.
 - (D) o risco de controle é o risco de o auditor não detectar um erro ou fraude.
 - (E) o risco de detecção se divide em risco de controle e risco inerente.

- 33.** No que se refere aos princípios fundamentais subjacentes aos componentes de controle interno, o Ambiente de Controle compreende a avaliação, entre outras, de que a organização
- (A) tem compromisso com a integridade e os valores éticos.
 - (B) considera o potencial de fraude para avaliação dos riscos.
 - (C) seleciona e desenvolve atividades de controle sobre as inovações tecnológicas.
 - (D) obtém (ou gera) e usa informações de qualidade.
 - (E) avalia e comunica as deficiências do controle interno em tempo hábil.
- 34.** A documentação de auditoria resulta de documentos preparados pelo auditor, fornecidos a ele pela administração, ou fornecidos por terceiros. Um exemplo de cada um desses tipos de documentos é, respectivamente:
- (A) tabelas, anotações e gráficos.
 - (B) relatórios, balancetes e cartas de confirmação.
 - (C) cartas de confirmação, contratos e respostas a indagações.
 - (D) contratos, balancetes e atas.
 - (E) relatórios, anotações e contratos.
- 35.** São características da amostragem estatística:
- (A) seleção da amostra a critério do auditor.
 - (B) inexistência de risco de amostragem.
 - (C) seleção da amostra com base no conhecimento da empresa a ser auditada.
 - (D) uso da teoria de probabilidades para avaliar os resultados.
 - (E) seu uso é indicado quando a população a ser auditada é pequena.
- 36.** Entre as Técnicas de Auditoria Auxiliada por Computadores (TAACs), existe aquela em que o auditor utiliza as informações do sistema para mapear e construir os passos a serem simulados em outra ferramenta a fim de chegar ao mesmo resultado do sistema. Essa técnica é denominada
- (A) *software* de auditoria adaptado.
 - (B) *software* especializado de auditoria.
 - (C) simulação em paralelo.
 - (D) testes integrados.
 - (E) auditoria algorítmica.
- 37.** Se as distorções existentes nas demonstrações são relevantes, mas não generalizadas, o parecer do auditor deve ser
- (A) sem ressalva.
 - (B) com ressalva.
 - (C) adverso.
 - (D) favorável.
 - (E) com abstenção de opinião.
- 38.** São exemplos de erro e fraude, respectivamente:
- (A) erros aritméticos e alteração de registros.
 - (B) erros aritméticos e interpretação errada das variações patrimoniais.
 - (C) aplicação incorreta das normas contábeis e interpretação errada das variações patrimoniais.
 - (D) omissão intencional nas demonstrações contábeis e alteração de registros.
 - (E) alteração de registros e interpretação errada das variações patrimoniais.
- 39.** No que se refere à auditoria em ativos de maior liquidez, o procedimento que consiste em verificar as transações registradas pela empresa e não registrada pelos bancos e vice-versa é denominado
- (A) contagem de caixa.
 - (B) confirmação de saldos bancários.
 - (C) corte de cheques.
 - (D) teste de conciliações bancárias.
 - (E) teste das transferências bancárias.
- 40.** O procedimento de auditoria na área de resultado denominado estudo e avaliação do controle interno e teste de procedimento consiste em
- (A) avaliar procedimentos com efeitos simultâneos no Balanço Patrimonial e no Demonstrativo de Resultados.
 - (B) estudar e analisar o comportamento das receitas, custos e despesas.
 - (C) averiguar se os saldos existentes na contabilidade conferem com os dos extratos bancários.
 - (D) confirmar diretamente do devedor sobre os saldos em aberto.
 - (E) avaliar os ciclos de vendas, de compras e de folha.

Considere os dados a seguir para responder às questões de números 41 e 42.

Uma entidade comercial apresentou Demonstrações Contábeis referentes a 2018.

Sabe-se que, no período, a entidade vendeu um terreno por R\$ 42.000,00 e adquiriu uma nova propriedade por R\$ 35.000,00 e que ambas transações foram realizadas em dinheiro.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31.12.2018			VARIAÇÃO (SALDO EM 2018 – SALDO EM 2017)
Ativo	2017	2018	
Caixa	89.000,00	22.000,00	-67.000,00
Bancos	34.000,00	123.000,00	89.000,00
Seguros antecipados	1.200,00	12.000,00	10.800,00
Estoques	70.000,00	47.000,00	-23.000,00
Propriedades para investimento	35.000,00	70.000,00	35.000,00
Máquinas e Equipamentos	11.000,00	11.000,00	0,00
(-) Depreciação Acumulada	-2.200,00	-3.300,00	-1.100,00
Terrenos	60.000,00	20.000,00	-40.000,00
Total	298.000,00	301.700,00	
Passivo e Patrimônio Líquido			
Fornecedores	20.000,00	0,00	-20.000,00
Impostos a pagar	5.600,00	7.600,00	2.000,00
Dividendos a pagar	0,00	2.280,00	2.280,00
Capital	269.000,00	283.100,00	14.100,00
Reservas de lucros	3.400,00	8.720,00	5.320,00
Total	298.000,00	301.700,00	

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2018	
Receita Líquida	100.000,00
(-) Custo da Mercadoria Vendida	-78.650,00
(=) Resultado Bruto	21.350,00
(-) Despesas com seguros	-1.200,00
(-) Despesa com depreciação	-1.100,00
(+) Ganho na venda de terrenos	2.000,00
(=) Resultado antes do IR e da CSLL	21.050,00
(-) Despesa com IR e CSLL	-13.450,00
(=) Resultado Líquido	7.600,00

41. As atividades operacionais da entidade, conforme Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) pelo método indireto,

- (A) consumiram R\$ 300,00 em caixa e equivalentes.
- (B) consumiram R\$ 900,00 em caixa e equivalentes.
- (C) geraram R\$ 300,00 em caixa e equivalentes.
- (D) geraram R\$ 900,00 em caixa e equivalentes.
- (E) geraram R\$ 1.700,00 em caixa e equivalentes.

42. Assinale a alternativa correta sobre a entidade comercial em 2018.
- (A) Adquiriu apólice de seguros por R\$ 10.800,00.
- (B) Apresentou variação de caixa e equivalentes de caixa negativa.
- (C) Gerou caixa e equivalentes no valor de R\$ 22.000,00.
- (D) Integralizou, em 2018, capital com máquinas no valor de R\$ 11.000,00.
- (E) Pagou dividendos no valor de R\$ 5.320,00 em 2018.

Considere os dados a seguir para responder às questões de números 43 e 44.

Uma entidade apresentou o seguinte Balancete de Verificação:

CONTAS	SALDO
BANCOS	56.700,00
CAPITAL SOCIAL	104.268,00
CUSTO DA MERCADORIA VENDIDA	67.800,00
DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	2.000,00
DESPESA COM IR E CSLL	12.345,00
DESPESA COM PECLD	567,00
DESPESA COM SALÁRIOS	25.600,00
DESPESA COM VENDAS	2.300,00
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	1.230,00
DUPLICATAS A RECEBER – CP	23.450,00
EMPRÉSTIMOS – LP	26.780,00
ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR – LP	5.890,00
FORNECEDORES	27.900,00
IMPOSTOS A RECOLHER	4.000,00
IMPOSTOS A RECUPERAR	3.600,00
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	40.900,00
MERCADORIAS PARA REVENDA	82.286,00
PERDA ESTIMADA DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA – PECLD – CP	2.400,00
PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO	35.000,00
RECEITA LÍQUIDA	134.600,00
RESERVA DE LUCROS	15.220,00
RESULTADO FINANCEIRO POSITIVO	9.800,00
SALÁRIOS A PAGAR	30.700,00

43. O resultado do período totalizou, em R\$:

- (A) 29.458,00.
- (B) 34.558,00.
- (C) 40.113,00.
- (D) 50.358,00.
- (E) 101.358,00.

44. O ativo circulante da entidade no período apresentou o valor, em R\$, de:

- (A) 163.636,00.
- (B) 164.036,00.
- (C) 168.436,00.
- (D) 181.350,00.
- (E) 186.150,00.

45. A Cia G influencia significativamente na gestão da Cia K e possui 60% do seu capital. Sabe-se que a K declarou lucro líquido no valor de R\$ 670.000,00 em 2018 e irá distribuir 30% deste lucro na forma de dividendos. Baseado nisso, assinale a alternativa correta.

- (A) A Cia G deverá reconhecer em suas demonstrações contábeis uma receita de equivalência patrimonial no valor de R\$ 201.000,00.
- (B) A Cia G deverá reconhecer um aumento no seu ativo no valor de R\$ 268.000,00 em virtude da participação dos não controladores.
- (C) A Cia G reconhecerá um aumento no seu ativo investimentos, em contrapartida à receita de equivalência patrimonial, no valor de R\$ 402.000,00.
- (D) A Cia K apresentará um aumento no valor de R\$ 469.000,00 em reservas de capital em razão dos lucros não distribuídos.
- (E) A Cia K deve reconhecer um ativo não circulante no valor de R\$ 120.600,00 em virtude da declaração de dividendos.

46. Uma entidade prestadora de serviços gerais adquiriu um carro para uso em suas atividades, à vista, no valor de R\$ 56.700,00. A entidade compradora contratou um caminhão cegonha no valor de R\$ 3.600,00 para que o carro pudesse ser colocado em uso na cidade onde realiza suas atividades operacionais.

Sabe-se que o valor residual do carro é de R\$ 5.670,00 e que a sua vida útil é de 10 anos. A entidade reconheceu, em suas demonstrações contábeis anuais,

- (A) um estoque de carros no valor de R\$ 60.300,00.
- (B) uma despesa com frete no valor de R\$ 3.600,00.
- (C) uma despesa de ajuste a valor recuperável no valor de R\$ 5.103,00.
- (D) uma despesa de depreciação no valor de R\$ 5.463,00.
- (E) uma dívida com fornecedores no valor de R\$ 56.700,00.

47. A Cia W apresentou os seguintes saldos em suas contas patrimoniais:

CONTA	SALDO (EM R\$)
Reserva Estatutária	3.500,00
Reserva Legal	5.600,00
Alienação de partes beneficiárias	6.700,00
Gastos na emissão de ações	7.800,00
Capital social	100.000,00
Alienação de bônus de subscrição	7.800,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial	2.345,00

Os saldos das contas Reserva de Capital e Reservas de Lucros são, em R\$, respectivamente:

- (A) 14.500,00 e 11.445,00.
 (B) 14.500,00 e 9.100,00.
 (C) 6.700,00 e 9.100,00.
 (D) 7.800,00 e 11.445,00.
 (E) 7.800,00 e 9.100,00.

48. Assinale a alternativa correta.

- (A) As contas de receita e patrimônio líquido são exemplos de contas de resultado.
 (B) As contas de ganhos e perdas são exemplos de contas patrimoniais.
 (C) A conta mercadorias para revenda é uma conta de passivo circulante.
 (D) A conta fornecedores é uma conta de passivo circulante.
 (E) A conta de seguros antecipados é uma conta de ativo intangível.

49. De acordo com a Estrutura Conceitual (Resolução CFC nº 1.374/2011), são características fundamentais da informação contábil-financeira:

- (A) Relevância e representação fidedigna.
 (B) Relevância e compreensibilidade.
 (C) Regime de competência e relevância.
 (D) Regime de competência e consistência.
 (E) Comparabilidade e verificabilidade.

50. Uma entidade assinou um contrato de aluguel em 02.01.2019, com vigência por 36 meses a partir da data da sua assinatura, no valor de R\$ 90.000,00. Sabe-se que o pagamento à imobiliária foi contratado em três parcelas mensais e iguais, sendo a primeira paga na data da assinatura do contrato e as outras duas nos dias 02.02.2019 e 02.03.2019.

Com base nessas informações, assinale a alternativa correta sobre o reconhecimento das transações referentes ao mês de fevereiro de 2019.

- (A) D: Aluguéis antecipados R\$ 90.000,00
 C: Bancos R\$ 30.000,00
 C: Aluguéis a pagar R\$ 60.000,00
 (pela assinatura do contrato de aluguel e pagamento de parcela)
 D: Despesa com aluguel R\$ 2.500,00
 C: Aluguéis antecipados R\$ 2.500,00
 (pela apropriação da parcela mensal)
 (B) D: Despesa com aluguel R\$ 2.500,00
 C: Aluguéis antecipados R\$ 2.500,00
 (pela apropriação da parcela mensal)
 D: Aluguéis a pagar R\$ 60.000,00
 C: Bancos R\$ 60.000,00
 (pelo pagamento da parcela)
 (C) D: Despesa com aluguel R\$ 2.500,00
 C: Aluguéis a pagar R\$ 2.500,00
 (pela apropriação da parcela mensal)
 D: Bancos R\$ 30.000,00
 C: Aluguéis antecipados R\$ 30.000,00
 (pelo pagamento da parcela)
 (D) D: Despesa com aluguel R\$ 2.500,00
 C: Aluguéis antecipados R\$ 2.500,00
 (pela apropriação da parcela mensal)
 D: Aluguéis a pagar R\$ 60.000,00
 C: Bancos R\$ 30.000,00
 C: Aluguéis antecipados R\$ 30.000,00
 (pelo pagamento da parcela)
 (E) D: Despesa com aluguel R\$ 2.500,00
 C: Aluguéis antecipados R\$ 2.500,00
 (pela apropriação da parcela mensal)
 D: Aluguéis a pagar R\$ 30.000,00
 C: Bancos R\$ 30.000,00
 (pelo pagamento da parcela)

51. A competência para instituir impostos não cumulativos e que não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição Federal, mediante lei complementar, é chamada de competência tributária

- (A) extraordinária concorrente de todos os entes da Federação.
- (B) plena dos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- (C) excepcional da União, exercida em caso de guerra externa ou sua iminência.
- (D) ordinária de todos os entes da Federação.
- (E) residual da União.

52. O princípio da capacidade contributiva

- (A) veda a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico regional.
- (B) determina que todos tributos atendam às condições sociais e econômicas do contribuinte.
- (C) não se aplica ao Imposto de Importação de Produtos Estrangeiros, ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e ao Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação.
- (D) não se aplica às contribuições de melhoria.
- (E) deve considerar a totalidade da carga tributária suportada pelo contribuinte, no mesmo exercício fiscal, inclusive contribuições para fiscais.

53. A imunidade recíproca, prevista na Constituição Federal,

- (A) não alcança autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- (B) alcança os serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados prestados por empresas estatais.
- (C) alcança os serviços em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário.
- (D) exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.
- (E) não alcança taxas, contribuições de melhoria e contribuições sociais.

54. De acordo com a Constituição Federal, em relação ao imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN), cabe à lei complementar

- (A) conceder e revogar isenções, incentivos e benefícios fiscais.
- (B) prever casos de manutenção de crédito, relativamente à remessa de serviços para outro Município e exportação para o exterior.
- (C) dispor sobre substituição tributária.
- (D) excluir da sua incidência exportações de serviço para o exterior.
- (E) definir seus contribuintes e disciplinar o regime de compensação do imposto.

55. Considere a seguinte situação hipotética: A empresa "Transportando Pessoas XPTO S/A", prestadora de serviço de transporte coletivo municipal de trabalhadores, na modalidade fretamento contínuo, é responsável por transportar empregados de companhia sediada na região central do município residentes nos bairros periféricos. De acordo com a legislação em vigor, essa empresa

- (A) poderá ser optante do Simples Nacional, independentemente de se enquadrar no conceito legal de microempresa ou empresa de pequeno porte.
- (B) não poderá ser optante do Simples Nacional, em razão da sua forma de constituição.
- (C) poderá usufruir dos benefícios tributários do Simples Nacional, ainda que não seja optante, em razão da natureza do serviço prestado.
- (D) poderá usufruir apenas dos benefícios não tributários do Simples Nacional, mesmo que seja optante.
- (E) não poderá ser optante do Simples Nacional, porque não realiza transporte de estudantes de baixa renda.

56. A obrigação tributária acessória

- (A) surge com a ocorrência do fato gerador e tem como objeto o pagamento de penalidade pecuniária.
- (B) extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- (C) decorre da legislação tributária e tem como objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação.
- (D) pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à multa e aos juros incidentes sobre o tributo.
- (E) tem como fato gerador a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência, pressupondo a existência de uma obrigação principal.

57. Na hipótese de o contribuinte ou responsável deixar de eleger seu domicílio tributário, de acordo com o Código Tributário Nacional, considera-se como tal

- (A) o lugar de cada estabelecimento, no caso de pessoa jurídica de direito privado, em relação aos atos ou fatos que deram origem à obrigação.
- (B) a residência habitual, em se tratando de empresário individual.
- (C) o lugar da sede, no caso de pessoa jurídica de direito público.
- (D) o lugar arbitrado pela Fazenda Pública, de acordo com a conveniência da atividade fiscalizatória.
- (E) o centro habitual da atividade, no caso de microempresendedor individual.

58. A responsabilidade por infrações da legislação tributária

- (A) é excluída pela denúncia espontânea, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora.
- (B) é excluída pela denúncia espontânea ocorrida após o início de medida de fiscalização relacionada à infração.
- (C) é excluída nos casos dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, regularmente declarados, mas pagos a destempo.
- (D) depende, para sua caracterização, da intenção do agente ou do responsável, e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.
- (E) é pessoal do agente, inclusive nos casos em que a infração for praticada no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego.

59. Manuel, sobrinho de José, adquiriu, em alienação judicial ocorrida no bojo de processo falimentar, estabelecimento comercial de propriedade de seu tio e, após uma reforma no espaço físico que durou três meses, retomou a atividade no mesmo ramo de comércio. José, por seu turno, mudou-se de país, não mais se tendo notícias de seu paradeiro. Nessa hipótese, os débitos tributários do estabelecimento comercial existentes até a data da transferência de titularidade são de responsabilidade

- (A) do alienante José, integralmente.
- (B) do adquirente Manuel, integralmente.
- (C) do adquirente Manuel e, subsidiariamente, do alienante José.
- (D) do adquirente Manuel e do alienante José solidariamente.
- (E) da massa falida, exclusivamente.

60. O crédito tributário

- (A) decorre das obrigações principal e acessória e tem a mesma natureza jurídica da obrigação acessória.
- (B) regularmente constituído é excluído ou tem sua exigibilidade suspensa nos casos previstos em lei, decreto ou portaria do sujeito ativo.
- (C) pode ter a responsabilidade pelo seu pagamento atribuída a terceira pessoa, ainda que sem vínculo com o fato gerador, para facilitar a fiscalização.
- (D) pode ser judicialmente cobrado no prazo de até cinco anos, contado da data da sua constituição definitiva.
- (E) regularmente constituído faz presumir fraudulentos os atos preparatórios de alienação de bens, pelo sujeito passivo.

61. A modalidade de lançamento que ocorre com base nas informações prestadas à autoridade administrativa sobre matéria de fato, pelo sujeito passivo ou terceiro, sem efetiva participação do fisco é

- (A) de ofício.
- (B) por homologação.
- (C) por declaração.
- (D) por infração.
- (E) denúncia espontânea.

62. O tributo incidente na fonte sobre renda e proventos de qualquer natureza por autarquia municipal constitui

- (A) imposto de competência municipal, cujo produto da arrecadação pertence à União.
- (B) contribuição previdenciária, de competência federal, cujo produto da arrecadação pertence ao município.
- (C) taxa de competência municipal, cujo produto da arrecadação pertence ao próprio município.
- (D) imposto de competência federal, cujo produto da arrecadação pertence ao município.
- (E) imposto de competência estadual, cujo produto da arrecadação pertence ao município.

- 63.** Mário recebeu notificação para recolhimento do IPTU incidente sobre imóvel de sua propriedade, no qual realizou, no exercício anterior, reforma que culminou na ampliação da área construída, não tendo ainda adotado as providências necessárias para atualização da Ficha Cadastral do mesmo imóvel. Na hipótese de a fiscalização constatar, no exercício em curso, a omissão do contribuinte
- (A) não será possível rever o ato de lançamento no mesmo exercício, porque se trata de lançamento de ofício.
 - (B) não será possível rever o ato de lançamento no mesmo exercício, porque se trata de modificação introduzida posteriormente à ocorrência do fato gerador.
 - (C) deverá rever de ofício o ato de lançamento, em razão da constatação posterior de fato desconhecido por ocasião do lançamento tributário.
 - (D) deverá rever judicialmente o ato de lançamento, ajuizando ação de execução fiscal.
 - (E) deverá instaurar processo administrativo de fiscalização para apuração de ilícito praticado pelo contribuinte.
- 64.** Constituem causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário
- (A) a moratória e o parcelamento.
 - (B) o depósito do seu montante integral e a compensação.
 - (C) a concessão de liminar em mandado de segurança e a conversão de depósito em renda.
 - (D) a interposição de recurso em processo tributário administrativo e a remissão.
 - (E) a concessão de tutela antecipada em ação anulatória de débito e a transação.
- 65.** O erro na determinação da alíquota aplicável do qual resulte pagamento a maior de tributo devido
- (A) gera, automaticamente, crédito para o contribuinte efetuar a compensação nas operações subsequentes, da mesma natureza.
 - (B) constitui pagamento indevido, que gera direito ao sujeito passivo, independentemente de prévio protesto, a restituir o indébito, seja qual for a modalidade do seu pagamento.
 - (C) constitui o sujeito ativo em mora, fazendo incidir juros sobre os valores recolhidos a maior, até a data da sua restituição.
 - (D) caracteriza pagamento espontâneo e constitui hipótese de exclusão do crédito tributário.
 - (E) constitui indébito tributário, que gera crédito ao sujeito passivo ou a quem comprovadamente suportou o encargo financeiro, se o pagamento tiver ocorrido em moeda corrente, cheque ou estampilha.
- 66.** A divulgação ou o compartilhamento, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades
- (A) é vedada se solicitada para instruir processo em trâmite no órgão ou entidade solicitante, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de ilícito administrativo.
 - (B) é vedada em caso de parcelamento ou moratória.
 - (C) é permitida se requisitada por autoridade judiciária, no interesse da justiça.
 - (D) é permitida, a todos os entes federados, na forma como estabelecido em tratado, acordo ou convênio com Estados estrangeiros, com o objetivo de investigar o sujeito passivo por prática de crime.
 - (E) é permitida entre as Fazendas Públicas de forma mútua, para fiscalização dos respectivos tributos e permuta de informações, independentemente da celebração de convênio ou outro instrumento de cooperação.
- 67.** De acordo com o Código Tributário Nacional,
- (A) a solidariedade pelo pagamento do débito tributário não comporta benefício de ordem.
 - (B) são solidariamente obrigadas as pessoas expressamente indicadas no auto de infração e imposição de multa, lavrado pela autoridade competente.
 - (C) o pagamento efetuado por um dos devedores solidários aproveita apenas as pessoas expressamente indicadas pelo obrigado solvente.
 - (D) a interrupção da decadência em favor ou contra um dos obrigados solidários favorece os demais, mas não os prejudica.
 - (E) a exclusão do crédito tributário exonera apenas os solidariamente obrigados pessoalmente indicados por aquele que efetuou o pagamento, independentemente da existência de saldo devedor.
- 68.** A analogia, no direito tributário, é
- (A) método de integração da legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário.
 - (B) método de interpretação da legislação tributária, não podendo acarretar exigência de tributo não previsto em lei.
 - (C) método de preenchimento de lacunas normativas relativas a definição, conteúdo e alcance dos efeitos tributários.
 - (D) garantia fundamental do contribuinte, devendo ser empregada pela fiscalização da maneira mais favorável ao sujeito passivo tributário.
 - (E) princípio constitucional interpretativo que, em conjunto com a equidade, pode resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.

- (A) tem as garantias previstas no Código Tributário Nacional de forma taxativa.
- (B) pode estender-se à totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou massa falida, excluídos apenas os gravados com cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade.
- (C) pode acarretar a indisponibilidade da totalidade dos bens e rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou massa falida, inclusive os de seus sucessores legais.
- (D) do município, em regra, impede que o devedor celebre contrato ou participe de processo de licitação com a União ou Estados e Distrito Federal, independentemente de o crédito tributário referir-se à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- (E) sujeita-se a concurso de preferência entre pessoas jurídicas de direito público, sucessivamente, União, Estados e Distrito Federal, e Municípios, conjuntamente e pró-rata.

70. De acordo com a Constituição Federal, é vedado à União

- (A) conceder incentivos fiscais destinados a promover o desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País, em respeito ao princípio da isonomia.
- (B) tributar a remuneração e os proventos dos agentes públicos estaduais, distritais e municipais em níveis inferiores aos que fixar para seus agentes, em respeito ao princípio da isonomia.
- (C) estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- (D) instituir tributo uniforme em todo o território nacional em razão do seu dever de eliminar desigualdades regionais.
- (E) instituir isenções de tributos de competência dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios.

71. Nos termos estritos da Constituição Federal, são brasileiros natos os

- (A) estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de vinte e cinco anos ininterruptos.
- (B) nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes estejam a serviço de seu país.
- (C) que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigida aos originários de países de língua portuguesa residência por dois anos ininterruptos.
- (D) nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, independentemente de registro em repartição brasileira, antes de atingida a maioridade.
- (E) nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

72. A doutrina predominante considera, quanto ao conteúdo, que Constituição material é

- (A) um instrumento que visa garantir as liberdades individuais e limitar o poder do Estado; nunca é escrita, sempre é baseada nos costumes e na oralidade.
- (B) o conjunto de normas, escritas ou não escritas, que regulam a estrutura do Estado, a organização do poder e os direitos e garantias fundamentais, essencialmente constitucional.
- (C) o conjunto de normas escritas reunidas num documento solenemente elaborado pelo poder constituinte, que digam ou não respeito às matérias tipicamente constitucionais.
- (D) a elaborada por representantes do povo, os que formam o poder constituinte, e que faz com que o Estado passe a ser um Estado social, intervencionista.
- (E) aquela cujas normas não estão fixadas num único texto, mas estão espalhadas pelas jurisprudências e pelos costumes da nação.

73. De acordo com a Constituição Federal, podem propor a Ação Declaratória de Constitucionalidade, entre outros:

- (A) o Presidente da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- (B) a Mesa do Senado Federal, o Vice-Presidente da República e o Ministro da Justiça.
- (C) a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal, o Ministro da Justiça e o Ministro de Estado da Defesa.
- (D) o Procurador-Geral da República, o Presidente da Câmara dos Deputados e os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados.
- (E) o Governador de Estado ou do Distrito Federal, o Presidente do Senado Federal e os líderes da maioria e da minoria no Senado Federal.

74. Nos termos da Constituição Federal, as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata, e, ainda, os

- (A) tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados em sessão conjunta do Congresso Nacional, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- (B) tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- (C) tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em sessão conjunta do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- (D) direitos e as garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.
- (E) direitos e as garantias expressos na Constituição excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados e dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil venha a tomar parte.

75. Nos termos da Constituição Federal, a respeito da tutela constitucional das liberdades, é correto afirmar que

- (A) são gratuitas as ações de *habeas corpus* e *habeas data*, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
- (B) qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público, exceto de entidade da qual o Estado participe, devendo o autor, nesse caso, arcar com as custas judiciais e com o ônus da sucumbência.
- (C) será concedido *habeas corpus* para proteger direito líquido e certo, não amparado mandado de segurança ou *habeas data*, quando o responsável por ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública.
- (D) será concedido mandado de segurança coletivo sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e das liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- (E) será concedido mandado de injunção para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

76. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta

- (A) formulada por três quintos, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados.
- (B) de dois terços dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- (C) a ser discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
- (D) formulada por mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.
- (E) a ser discutida e votada por um terço dos membros das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se pela maioria relativa total de seus membros.

77. A Constituição Federal, no artigo 145, aponta os impostos, as taxas e a contribuição de melhoria como tributos que compõem o Sistema Tributário Nacional. Assim, é correto afirmar que

- (A) o imposto é um tributo cuja obrigação tem por fato gerador o exercício do poder de polícia.
- (B) o imposto é uma prestação pecuniária que incide sobre fatos descritos em lei só pela atuação do contribuinte.
- (C) a taxa tem por fato gerador a valorização de imóveis do contribuinte em decorrência da execução de obras públicas.
- (D) a taxa é um tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica.
- (E) a contribuição de melhoria pressupõe a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

78. É correto afirmar, nos termos do estabelecido pela Constituição Federal, que o Sistema Financeiro Nacional

- (A) será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.
- (B) não abrange as cooperativas de crédito e delega a gerência dos títulos de capitalização.
- (C) é estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país, a servir aos interesses da União e dos entes federados que a compõem.
- (D) proporciona tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras, independentemente do país onde estiver sua sede e administração.
- (E) assegura a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, mediante autorização prévia dos órgãos públicos competentes.

79. A Constituição Federal, ao tratar das limitações do poder de tributar, estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem

- (A) instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública.
- (B) estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- (C) instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
- (D) cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- (E) divulgar, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados e os recursos recebidos, entre outros.

80. A Constituição Federal, ao tratar “Da Administração Pública”, estabelece no § 1º do art. 37, a proibição de promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos por meio de símbolos ou imagens na publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos. Nos termos da doutrina majoritária, essa é uma consequência direta do princípio constitucional da

- (A) supremacia do interesse público.
- (B) publicidade.
- (C) eficiência.
- (D) impessoalidade.
- (E) presunção de legitimidade.

